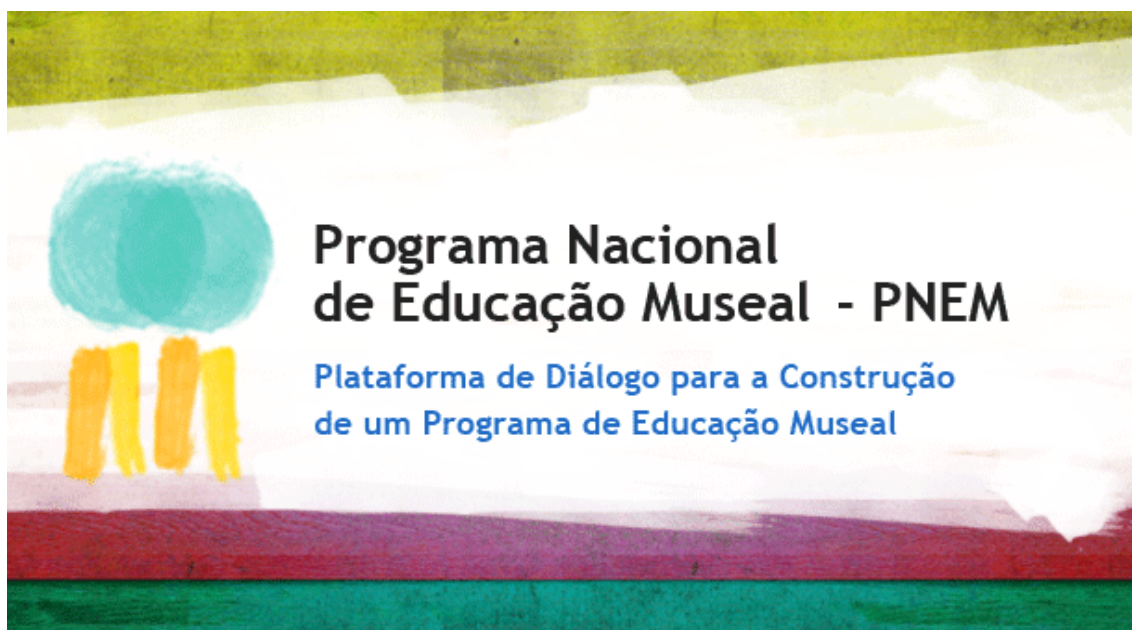


Documento Preliminar do Programa Nacional de Educação Museal



Presidenta da República

Dilma Rousseff

Vice-Presidente

Michel Temer

Ministra da Cultura

Marta Suplicy

Presidente do Instituto Brasileiro de Museus

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Diretora Substituta do Departamento de Processos Museais

Luciana Palmeira da Silva

Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus

Ena Elvira Colnago

Diretor do Departamento de Gestão Interna

Rui Alberto Pereira Rodrigues

Coordenadora-geral de Sistemas de Informação Museal

Rose Moreira de Miranda

Procuradora-chefe

Eliana Alves de Almeida Sartori

Instituto Brasileiro de Museus

Endereço:

Instituto Brasileiro de Museus
Setor Bancário Norte, Quadra 02, 13º
andar
Brasília/DF
CEP: 70040-020

Telefone:

+55(61)3521-4407

Página na internet:

www.museus.gov.br

Unidade Responsável

Coordenação de Museologia Social e Educação

Cinthia Maria Rodrigues Oliveira

Coordenação Técnica

Cintya dos Santos Callado
Mônica Padilha Fonseca
Renata Silva Almendra

Apoio Técnico

Isadora de Abreu Robotini de Almeida

Coordenadores dos Grupos de Trabalho

Daniele de Sá Alves
Diego Luiz Vivian
Diogo Guarnieri Tubbs
Fernanda Santana Rabello de Castro
Girlene Chagas Bulhões
Isabel Maria C. de Sanson Portella
Kátia Regina de O. Frecheiras
Ozias de Jesus Soares
Rafaela Gomes Gueiros R. de Lima
Rita Matos Coitinho

APRESENTAÇÃO

As ações educativas pensadas e implementadas para museus começaram como atividades institucionais no Brasil na primeira metade do século XX, em 1927, com o surgimento do primeiro setor educativo de museus, criado por Roquette Pinto, o então Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional. Após sua criação, os demais setores educativos seriam institucionalizados apenas na segunda metade do século: Museu Histórico Nacional, na década de 1950; Casa de Rui Barbosa e Pinacoteca do Estado de São Paulo, na década de 1970; Museu Lasar Segall e Museu de Arte Contemporânea de São Paulo (MAC-SP), na década de 1980. Passaram-se, então, quase 90 anos de experiências, disputas políticas e debates teóricos.

Neste longo período, emergiram importantes documentos e discussões sobre o tema e alguns se tornaram referências da área, como: a Declaração do Rio de Janeiro de 1958, documento da UNESCO elaborado no Encontro Regional realizado nesta cidade; os folhetos de Regina Real, que apresentavam a discussão sobre a relação necessária entre museus e escolas – *O museu ideal e Binômio: museu e educação* - ambos publicados entre meados das décadas de 1950 e 1960 pelo Ministério da Educação e Cultura; as diversas cartas e declarações oriundas da Mesa Redonda de Santiago, dos encontros do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e do Movimento Internacional para Nova Museologia (MINOM); e, mais recentemente, os documentos que serviram de base para a construção, a partir de 2012, do Programa Nacional de Educação Museal (PNEM), como a Política Nacional de Museus (PNM), de 2003, a Carta de Petrópolis, elaborada no I Encontro de Educadores do Ibram em 2010, e o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), do mesmo ano.

O documento que aqui apresentamos reúne as propostas surgidas nos fóruns de discussão do Blog do PNEM – ferramenta digital de discussão – lançado na *web* (<http://pnem.museus.gov.br>) em 30 de outubro de 2012 e aberto para o envio de propostas logo após a realização do 5º Fórum Nacional de Museus (FNM), em 26 de

novembro de 2013, no Serviço Social do Comércio (SESC) Quitandinha, em Petrópolis, na cidade do Rio de Janeiro.

O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) incentivou a discussão em todo território nacional e, no dia 7 de abril de 2013, as participações nos Grupos de Trabalho (GTs) Temáticos foram encerradas. A equipe de Coordenadores dos GTs sistematizou as proposições recebidas que, uma vez organizadas, compuseram o Documento Final Preliminar, que será consolidado no Encontro Nacional do PNEM, após discussões em Encontros Regionais, todos presenciais, a serem realizados em 2014, com a participação de interessados nesta área de saber. Na ocasião, o texto final receberá adendos e será concluído após plenária decisória.

Nos fóruns dos GTs foram apresentados tópicos de discussão pertinentes a cada tema, elaborados a partir dos documentos base apresentados no Blog do PNEM, quais sejam: a Carta de Petrópolis, o Estatuto de Museus, a Política Nacional de Cultura (PNC), a Política Nacional de Museus (PNM) e o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM). Cada tópico ficou então sujeito à apresentação de propostas e aos debates conceituais.

Durante estes debates, foi possível identificar necessidades e avanços da área da educação museal, além de inúmeras questões e polêmicas que serão apresentadas nos textos introdutórios de cada tema abordado no Blog do PNEM.

Os fóruns de discussão somavam nove temas. Após os trabalhos de sistematização das propostas aqui apresentadas, constatou-se a necessidade de criar mais um GT, contemplando questões debatidas nos demais fóruns, mas que não pertenciam a nenhum dos GTs já existentes – o GT Comunicação.

A sistematização foi realizada durante o I Encontro de Coordenadores de GTs do PNEM, que aconteceu no Museu Histórico Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, no período de 6 a 8 de agosto de 2013, com a presença da equipe da Coordenação de Museologia Social e Educação (Comuse / Departamento de Processos Museais) e dos Coordenadores dos fóruns de discussão, todos servidores do Ibram:

- Coordenação Geral do PNEM: Cinthia Maria Rodrigues Oliveira, Coordenadora de Museologia Social e Educação do Departamento de Processos Museais (Comuse/DPMUS/Ibram); Renata Silva Almendra, Técnica em Assuntos Educacionais da Comuse; Mônica Padilha Fonseca, Técnica em Assuntos

Educacionais da Comuse; Cintya dos Santos Callados, Técnica em Assuntos Educacionais.

- GT Comunidades: Diego Luiz Vivian, Técnico em Assuntos Culturais – História, do Museu das Missões.
- GT Comunicação: Diogo Guarnieri Tubbs, Técnico em Assuntos Educacionais do Setor Educativo do Museu Histórico Nacional.
- GT Redes e Parcerias: Fernanda Santana Rabello de Castro, Técnica em Assuntos Educacionais do Museu Chácara do Céu (Museus Castro Maya).
- GT Gestão: Daniele de Sá Alves, então Diretora do Museu Casa da Hera, atual Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
- GT Sustentabilidade: Girlene Chagas Bulhões (primeira Coordenadora do GT), então Diretora do Museu das Bandeiras, atual Técnica em Assuntos Culturais do mesmo museu.
- GT Acessibilidade: Isabel Maria Carneiro de Sanson Portella, Pesquisadora de Acervo do Museu Histórico Nacional e Gerente da Galeria do Lago no mesmo museu.
- GT Formação, Capacitação e Qualificação: Kátia Regina de Oliveira Frecheiras, Pesquisadora do Museu da República.
- GT Perspectivas Conceituais: Ozias de Jesus Soares, Técnico em Assuntos Educacionais do Museu Chácara do Céu (Museus Castro Maya).
- GT Profissionais de Educação Museal: Rafaela Gomes Gueiros R. de Lima, Técnica em Assuntos Educacionais da Coordenação de Produção e Análise da Informação da Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal (CPAI/CGSIM/Ibram).
- GT Estudos e Pesquisa: Rita Matos Coitinho, Técnica em Assuntos Culturais – Sociologia, do Museu Victor Meirelles (Ibram).

Para que o processo de elaboração do PNEM e as propostas elaboradas sejam melhor entendidos e que tenham maior clareza, apresentamos ao final deste documento um glossário com os principais conceitos utilizados e propostos nos fóruns de discussão.

Alguns deles já estão presentes na legislação pertinente e em documentos de políticas públicas do Brasil. Outros foram buscados em trabalhos acadêmicos e em publicações de profissionais do campo da educação museal.

Vale ressaltar uma das polêmicas debatidas no âmbito do Blog, o uso da terminologia Programa ou Política, uma vez que ela norteará na consolidação deste processo. Assim, apresentaremos também, ao final do Documento, textos específicos sobre esta questão visando o desenvolvimento das orientações nacionais sobre a educação museal e em respeito à história do campo.

Ainda constará no documento o texto de especialistas da área, convidados especialmente para contextualizar os dez eixos temáticos.

A estrutura do documento reuniu as propostas apresentadas nos fóruns de discussão do Blog do PNEM, alocando-as em três grupos, seguindo o formato do Plano Nacional Setorial de Museus:

Diretrizes – Apresentam os princípios que devem reger o trabalho educativo museal.

Estratégias – Formas como devem ser implementadas as diretrizes a médio e longo prazos.

Ações – Propõem o que de imediato pode ser implementado e que concretizará os princípios norteadores do PNEM a partir de uma visão estratégica de resultados.

Pretende-se que sejam estabelecidas metas quantitativas e temporais para cada uma das ações aprovadas, devendo ser avaliadas pelas equipes responsáveis pelo planejamento do Ibram.

GRUPO DE TRABALHO PERSPECTIVAS CONCEITUAIS

Este texto é o resultado de um esforço em reunir e apresentar os debates surgidos no fórum digital de discussões do Grupo de Trabalho (GT) Perspectivas Conceituais em Educação Museal, aberto no Blog do Programa Nacional de Educação Museal (PNEM).

Diferente dos textos dos demais Grupos de Trabalho que se seguem neste documento, ele identificará menos as propostas apresentadas, não por terem sido poucas ou menos importantes, mas por tratar justamente de uma parte do debate que necessita de maior reflexão, estudo e consenso político para ser aplicada: o horizonte conceitual que permeará todas as ações e políticas implementadas a partir da concretização deste documento.

Serão apresentados os principais debates que envolveram conceitos já consolidados e definidos em documentos e legislação da área, outros sugeridos pela primeira vez, ou ainda não presentes na documentação do campo, além daqueles que, em vários conteúdos diferentes e mesmo divergentes, foram trazidos para o fórum.

O GT Perspectivas Conceituais recebeu um bom número de participações, contando com 54 participantes individuais, além de Redes de Educadores em Museus (REMs) dos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, que representaram, juntamente, cerca de 30 diferentes instituições. Destacamos ainda as 129 postagens, distribuídas em 15 diferentes tópicos de discussão e propostas. Entre esses tópicos, cinco foram iniciados por REMs; outros três foram iniciados pelo PNEM a partir das propostas preliminares da Carta da Petrópolis; três iniciados pelo Coordenador do GT, Ozias Soares; três iniciados pela professora Jocenaide Rossetto (Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT e coordenadora da Rede de Educadores em Museus e Patrimônio de Mato Grosso/REMP-MT); e um tópico criado por Geysa Galvão, pesquisadora do Observatório de Museus e Patrimônios Culturais de Pernambuco.

No trabalho de sistematização das propostas, notou-se que algumas proposições se encaixariam melhor em outros eixos temáticos, o que, aliás, ocorreu em todos os GTs. Realizou-se, então, um trabalho de migração dessas proposições na

tentativa de melhor agrupá-las e trazer maior organicidade e coerência ao Documento Final Preliminar.

Alinhado aos chamados “marcos estruturantes e legais dos campos cultural e museal brasileiro” (Política Nacional de Museus/PNM, o Plano Nacional de Cultura/PNC, o Plano Nacional Setorial de Museus/PNSM e o Estatuto de Museus) e à Carta de Petrópolis, o GT Perspectivas Conceituais teve como propostas preliminares os seguintes pontos:

1. Explicitar as concepções de Museu, Museologia e Educação adotadas no desenvolvimento das ações educacionais, contextualizando os métodos e técnicas, levando em consideração as especificidades de cada museu, bem como o perfil e os anseios de seus públicos;
2. Fomentar ações educativas, a partir do conceito de patrimônio integral, voltadas para a promoção da cidadania e ação social;
3. Assegurar que os museus e espaços de memória sejam importantes ferramentas de educação, e que por meio de ações transversais colaborem para o desenvolvimento cultural, social e econômico, regional e local.

Somado a estes pontos – que se tornaram o estopim para as contribuições –, houve ainda um conjunto enriquecedor de debates que versaram sobre:

- “museus virtuais”
- “educação museal ou educação patrimonial nos museus?”
- “educação e patrimônio integral”
- “construção de uma política nacional de educação museal”
- “mediação ou visita guiada?”
- “planejamento participativo”
- “parceria e colaboração”
- “função dos museus”
- “museu como lugar ou espaço de memória?”

A maioria desses tópicos foi iniciada com uma breve explicação do que se propunha à discussão ou mesmo com uma provocação para o diálogo, o que tornou o debate ainda mais rico.

Deve-se registrar que alguns tópicos não receberam contribuições, entre outros motivos, pelo fato de terem sido abertos já no final do prazo estabelecido para as participações no Blog.

Nesse contexto, ressalta-se que tratar de perspectivas conceituais que balizem as propostas e ações dos museus ou mesmo de um Programa de caráter nacional não é, por certo, tarefa fácil. Uma primeira consideração – tomada como orientadora do PNEM – foi considerar as contribuições da Carta de Petrópolis e, sobretudo, dos documentos legais que já norteiam as práticas museais. Afora isto, há que se considerar a existência de um profícuo campo teórico que já consagrou noções, conceitos, terminologias e, concomitantemente, um espaço aberto, dinâmico, que vem incorporando outros conceitos, buscando sua consolidação junto à educação museal. A propósito, o próprio uso do termo “museal” se mostra com uma necessidade de explicitação daquilo que o diferencia de outros termos utilizados para qualificar o tipo de educação que se faz nos museus. Era, portanto, aguardado que tais debates surgissem neste fórum temático.

É desse modo que se destacam aqui as discussões em torno do uso dos termos “política” e “programa”, postulando a necessidade de construção e constituição de uma “Política Nacional de Educação Museal” no Brasil, sem prejuízo às demais disposições legais já existentes ou em complementação a elas. Um Programa, conforme apontamentos do debate, pode se restringir aos limites temporais de um determinado mandato governamental, ao passo que uma Política carrega em si a possibilidade e determinação legal de transcender a estes limites.

Ainda no âmbito deste fórum, levantou-se uma discussão sobre a construção do “planejamento participativo”, apontando a necessidade de transparência, diálogo e partilha enquanto princípios e exigências fundamentais de uma gestão democrática. A consolidação desse planejamento teria como um de seus caminhos uma maior participação dos educativos e dos educadores de museus e instituições culturais, por exemplo, na gestão e distribuição dos recursos, na elaboração de projetos e ações que dizem respeito ao trabalho educativo. Pois não é raro notar que os setores educativos

cumprem um papel ora relegado ao segundo plano ora totalmente alheio ao planejamento que afeta diretamente esse campo, a despeito da importância destes na condução das ações e projetos executados nos museus.

O debate mais acalorado talvez tenha se dado em torno do uso do termo “mediação”, não apenas por ser um termo muito em voga, mas como aquele que explicita a necessidade de se pensar o trabalho educativo com diferentes grupos no museu em uma relação dialógica, interativa, provocativa e plena de significado para o visitante, ou o “educando” (para usar a terminologia de Paulo Freire). Neste sentido, os tópicos que problematizaram o “projeto político pedagógico” e as “concepções de educação”, conjugam-se intimamente com o tópico de “mediação” na medida em que também colocavam a necessidade de que a prática educativa se fundamente em concepções que estejam explicitadas de modo claro, consciente, refletido, e não meramente por uma questão de modismo nominal.

Mediação, neste sentido, apesar de se tratar de um modismo, assume um sentido balizado tanto pela necessidade de ouvir o outro como ainda pela clareza política e teórica de que, conforme apontou Paulo Freire, o educando é também um educador e o educador é também educando, e que, nessa relação, ambos se constituem como pessoas que interagem com objetos que demarcam uma história, um momento, uma cultura, uma informação, uma possibilidade. Mas entende-se que há uma tensão nessa relação que tem a ver, primeiramente, com as diferentes formas de contratação, vínculos ou nomenclaturas utilizadas por aqueles que lidam seja com o público agendado ou espontâneo. Usar ou deixar de usar os termos “mediador”, “guia”, “monitor”, “orientador”, “animador”, “arte-educador” ou outros do gênero, pode representar, conjuntamente, o compromisso com a contratação desse trabalhador e a concepção do que seja ou deva ser o trabalho educativo no museu.

Há que se apontar que alguns conceitos se mostram como consagrados pelo uso no campo museal, o que, todavia, não deve representar um engessamento ou dogmatização do seu uso. Certamente, muitos desses termos e conceitos consagrados pelo uso podem, eventualmente, necessitar de um novo olhar. Mas convém destacar que, no trabalho inicial de sistematização deste documento, aponta-se a necessidade de separar grupos de termos que representam conceitos e noções já consolidados e

outros que suscitam polêmicas. Nesse sentido, foram construídos três grupos de termos: consolidados, polêmicos e consensuais.

No primeiro grupo, como conceitos e noções consolidados no campo, os seguintes termos apareceram nas discussões: Ação Educativa; Função dos museus; Metodologia; Missão Educativa; Museu; Patrimônio Integral; Museu Integral; Museu Virtual; Parceria; Plano Museológico; Programa Educativo Cultural; Público [de museu].

No segundo grupo, estão aqueles termos que se mostraram polêmicos ao longo das discussões, quer pelo caráter polissêmico que apresentam, quer pelo incipiente uso no campo museal. São eles: Comunidade; Educação Museal (e suas diferenciações com a Educação Patrimonial); Mediação; Visita Guiada; Visita Orientada; Visita Acompanhada; Política e Programa (e as distinções entre ambos); Projeto Político Pedagógico; Sustentabilidade. Embora tenham se mostrado polêmicos, a comissão de sistematização indicou alguns autores consagrados no campo que poderiam servir de parâmetros para dirimir dúvidas ou servir de referência conceitual/teórica na construção do documento final, entre eles: Maria Célia Santos, José Carlos Libâneo, Magaly Cabral, Rosane Maria Rocha de Carvalho, Adriana Mortara, Mila Chiavenato, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Mario Chagas, Rita Gama, Carlos Frederico Loureiro, Isabel Sanson Portella, entre outros.

Reúnem-se aqui também alguns termos que se mostraram consensuais nas discussões, a saber: Acessibilidade (Acessibilidade Atitudinal, Acessibilidade Social, Acessibilidade Física, Acessibilidade Universal), Atividade Educativa, Projeto Educativo, Formação Integral, Planejamento Participativo.

Transformar discussões conceituais e debates de ideias em propostas não é nada fácil, embora entenda-se que o que surgiu no fórum virtual seja fruto das angústias, das lacunas, da visão ideal de trabalho educativo e das práticas de educadores de diferentes espaços. Por isso, depois de realizado o redirecionamento de algumas proposições que surgiram em outros fóruns para aqueles em que elas realmente se encaixavam, oito diretrizes foram reunidas no eixo “Perspectivas conceituais”, que deram origem a 15 estratégias.

Por fim, não foram elencadas ações no escopo dessas diretrizes e estratégias, o que se espera fazer nos encontros subsequentes. Há também a possibilidade de que se

discuta a necessidade ou não de que este GT dê origem a propostas concretas ou que ele se dilua nos demais Grupos de Trabalho.

Propostas do Fórum Virtual do PNEM – GT Perspectivas Conceituais

DIRETRIZ 1: Explicitar as concepções teóricas e conceituais adotadas no desenvolvimento das ações educacionais, contextualizando os métodos e técnicas, levando em consideração as especificidades de cada museu, bem como o perfil e os anseios de seus públicos. **SUGESTÃO PARA O DEBATE:** acredita-se que não existe prática sem teoria e esta deve ser explicitada de alguma forma em algum documento da instituição. A questão é: onde?

ESTRATÉGIA 1.1: Ampliar o debate em torno da educação/formação integral, entendendo o ser humano nas suas múltiplas dimensões, para além da preparação imediata para o mercado de trabalho.

ESTRATÉGIA 1.2: Orientar a prática educativa museal numa concepção integral, em que se desenvolva tanto a formação intelectual quanto a formação corporal, profissional, a sociabilidade e a solidariedade.

ESTRATÉGIA 1.3: Entender a concepção de educação como forma de emancipação dos sujeitos.

ESTRATÉGIA 1.4: Trabalhar conceitualmente os termos “museu acessível”, “museu inclusivo” e “acessibilidade universal”.

Em conformidade com o Art. 35 do Estatuto de Museus

ESTRATÉGIA 1.5: “(...) entende-se por comunidades grupo ou grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade social unidas por vínculos históricos relacionados a aspectos territoriais, étnicos, culturais e/ou de gênero, em especial quando movidas ou organizadas em prol da defesa e promoção do Direito à Memória e à História, assim como a outros tópicos dos Direitos Humanos e Culturais.” (Carta das Missões, 2012)

DIRETRIZ 2: Fomentar ações educativas, a partir do conceito de patrimônio integral, voltadas para a promoção da cidadania e ação social.

[Em conformidade com a Diretriz 01 do Eixo II do PNSM](#)

ESTRATÉGIA 2.1: Fortalecer a ideia de museu como espaço de sensibilização e participação política sobre pertencimento e valorização do patrimônio.

ESTRATÉGIA 2.2: Relacionar a discussão de educação e patrimônio integral às discussões sobre sustentabilidade.

DIRETRIZ 3: O conceito e terminologia orientadores das ações educativas implementadas em museus a partir deste Programa é o de educação museal, que se define por iniciativas de educação teoricamente referenciadas e desenvolvidas no âmbito de processos museais.

[Em conformidade com a Estratégia 02 da Diretriz 04 do Eixo I do PNSM](#)

ESTRATÉGIA 3.1: Compreender qual o lugar da educação museal nos marcos das definições de educação formal e não formal.

ESTRATÉGIA 3.2: Entender os museus, enquanto espaços não-formais de educação, como importantes aliados das escolas, atuando como espaços de aprendizado e de fruição, de admiração estética e de apropriação, de ressignificação de conhecimentos e de saberes.

ESTRATÉGIA 3.3: Compreender a educação museal como uma ação localizada no contexto de um legado patrimonial.

DIRETRIZ 4: Compreender que o trabalho educativo museal envolve diferentes ações e dimensões, tais como a pesquisa, agendamento, a recepção de público, a exposição, a comunicação, atividades e relações extra-muros, planejamento, avaliação,

coordenação de projetos educativos, supervisão de estágio, elaboração de projeto político pedagógico.

DIRETRIZ 5: Instituir o Planejamento Participativo como forma de orientar a produção das políticas públicas e das ações educativas museais. **SUGESTÃO PARA O DEBATE:** adotar o Planejamento Participativo como perspectiva de ações e elaboração conceitual (possível referência: “A Prática do Planejamento Participativo” - Danilo Gandin).

Em conformidade com o Art. 29 do Estatuto de Museus

ESTRATÉGIA 5.1: Potencializar questões de identidade vinculadas à apropriação do conceito de Patrimônio Integral e Integradas por meio de ações transversais e construção participativa.

ESTRATÉGIA 5.2: Fortalecer a concepção de museu como espaço de uma educação sob a perspectiva da construção coletiva de conhecimento.

DIRETRIZ 6: Definir o conceito de público, considerando o público interno e externo, aqueles que vão visitar o museu para conhecer seu acervo, aqueles que vão ao museu para utilizar seu espaço, as opções de lazer e entretenimento como teatros, cinemas, bibliotecas, jardins, etc.

DIRETRIZ 7: Assegurar que os museus e espaços de memória sejam importantes ferramentas de educação, de promoção da cidadania e de ação social, e que, por meio de ações transversais, colaborem para o desenvolvimento cultural, social e econômico, regional e local, por meio de sua democratização.

Em conformidade com a Diretriz 04 do Eixo III do PNSM

DIRETRIZ 8: O museu se constitui como espaço de ensino-aprendizagem na relação com a comunidade (público externo) e equipe (público interno).

ESTRATÉGIA 8.1: Orientar as ações educativas pela especificidade do acervo e da tipologia do museu, tendo em vista as necessidades dos diferentes públicos.

ESTRATÉGIA 8.2: Fortalecer a ideia de museu como instituição cultural e educacional, inserida na comunidade, para a comunidade e na cidade.

ESTRATÉGIA 8.3: Fortalecer o entendimento dos museus como ferramentas de educação, para o desenvolvimento local e regional.

DIRETRIZ 9: Construir e explicitar um Projeto Político Pedagógico que oriente a concepção, o desenvolvimento e a avaliação das ações educativas, apresentando os referenciais teórico metodológicos que fundamentam este projeto.

[Em conformidade com Carta de Petrópolis \(p. 4\)](#)

GRUPO DE TRABALHO GESTÃO

Com base no universo de temas integrantes do campo da educação em museus, não há como deixar de considerar que a questão da gestão seja contemplada em um instrumento que se propõe a debater, apontar diretrizes, estratégias e ações para o referido contexto. Este assunto se mostra bastante relevante, uma vez que sua prática será definida de acordo com a sua compreensão e forma de condução. Dessa forma, entende-se aqui que o Grupo de Trabalho (GT) Gestão abrange duas vertentes, igualmente importantes. Por um lado, a forma como o processo da educação é compreendido e aplicado aos museus faz referência ao desdobramento da gestão da educação em si. Por outro lado, o entendimento do campo pelos profissionais de museus e seus parceiros, é um fator que vai definir o grau de prioridade que os gestores poderão atribuir, ou não, a este processo.

Iniciando a discussão do tema por meio do fórum virtual no Blog do PNEM, o debate compreendeu 06 tópicos que se desenvolveram, ao todo, em 67 manifestações de diversos participantes, entre instituições, Redes de Educadores em Museus, pesquisadores, professores e demais profissionais da área, representantes de muitos lugares do país. No decorrer desses seis tópicos, o assunto se desdobrou mostrando sua relevância e logo revelou sua vocação interdisciplinar em relação aos outros temas discutidos nos fóruns virtuais.

De um modo geral, o Grupo de Trabalho debateu questões sobre de que forma a educação está – e/ou deveria estar inserida – na trajetória museológica, compreendida em sua totalidade. Isto quer dizer que, muito além de um setor à parte, a educação deve se fazer presente desde os momentos de planejamento, de distribuição de verbas, de criação, de curadoria, de comunicação, até àqueles momentos de avaliação e registro. Logicamente, como já mencionado, para a consonância de todas essas questões que permeiam o repertório da gestão, é preciso questionar sobre qual ponto de vista, base teórica e conceitual ou fundamento de que se fala e, por isso, também foram debatidos neste GT, os conceitos e definições que vão permitir esclarecer que educação e que museu são usados como referência.

O primeiro tópico discutido foi proposto pela equipe do PNEM e dedicado às questões de registro e inventário das ações educativas. Assim como já é realizado sistematicamente com os dados dos acervos das instituições museológicas, discutiu-se a importância da criação de um instrumento que possa atuar como um banco de dados para as ações, projetos e programas educativos que possibilite, além da própria memória dos seus processos, sua permanente avaliação, revisão, divulgação e fomento de redes.

O segundo tópico, também proposto pela equipe do PNEM, tratou da necessidade de vinculação das prioridades dos educativos às questões da instituição a qual está ligada.

Também nessa direção, o terceiro tópico focou na importância da presença do item “programa educativo-cultural” dentro do Plano Museológico; sobre como este deve ser um aliado dos setores educativos e como seus responsáveis devem fazer valer o referido instrumento, para que ele não seja reduzido apenas a um documento arquivado, que em nada reflete o cotidiano da instituição.

Ainda neste sentido, foi levantada a questão da elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos institucionais, defendendo que sua construção deve ser coletiva e democrática.

O quarto tópico foi uma proposição da coordenadora do GT Redes e Parcerias, Fernanda Castro, e traz uma posição quanto à necessidade das instituições dedicarem parte de seu orçamento aos setores educativos, diferentemente do que vem acontecendo: educadores se empenhando em ações que tenham custo zero ou indo buscar financiamentos externos na tentativa de obter êxito na execução de seu planejamento.

O quinto tópico, proposto pela então coordenadora deste GT, Daniele Alves, colocou em questão o lugar da educação museal nos planos estratégicos dos gestores.

O assunto da gestão foi encerrado com várias propostas dentro do último tópico, que contou com a autoria de Tiago Campos e a colaboração da Lizete Dias de Oliveira e do Joel Santana da Gama. Neste item, os proponentes sintetizaram um pouco de tudo o que foi discutido no decorrer do tempo dedicado ao debate, e registraram sua opinião reiterando os assuntos e opiniões anteriormente publicados.

Propostas do Fórum Virtual do PNEM – GT Gestão

DIRETRIZ 1: Garantir o acesso à memória das ações, projetos e programas educativos, reconhecendo a importância do seu planejamento e avaliação.

[Em conformidade com a Diretriz 09 do Eixo I do PNSM](#)

ESTRATÉGIA 1.1:

Ação 1.1.1: Inventariar as ações educativas e sistematizar sua documentação e Memória.

[Em conformidade com a Carta de Petrópolis \(p. 4\)](#)

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 1.1.2: Criar uma política de registro das atividades, válida para todas as instituições, buscando documentar e arquivar as atividades educativas.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 1.1.3: Criar um banco de dados para registro, organização e compartilhamento de ações educativas, nos moldes do Cadastro Nacional de Museus.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

DIRETRIZ 2: Definir a missão da área educacional a partir da missão institucional do museu, considerando o acervo, as operações institucionais e os anseios dos atores sociais com os quais os projetos estejam sendo desenvolvidos como referenciais importantes para o desenvolvimento das ações educativas.

ESTRATÉGIA 2.1: Garantir a participação comunitária, atendendo às demandas da população e criando laços entre o museu e aqueles a quem seus serviços são direcionados.

Ação 2.1.1: Criar fóruns de consulta e debate sobre o papel do museu na comunidade, estabelecendo relações com a população, escolas e demais instituições culturais com vistas à criação de laços com a comunidade onde está inserido.

ESTRATÉGIA 2.2: Integrar, sempre que possível, a Educação às ações de pesquisa e preservação promovidas pelo museu, numa perspectiva multidisciplinar de trabalho.

ESTRATÉGIA 2.3: Atrelar as perspectivas conceituais ao Plano museológico, o qual define a identidade e a missão do Museu.

Diretriz 3: Fomentar, estruturar e garantir o desenvolvimento dos Programas Educativos Culturais nos Planos Museológicos para orientar o planejamento, a execução e a avaliação das ações educacionais oferecidas pelo museu.

ESTRATÉGIA 3.1: Estabelecer como prioridade dos Programas Educativos Culturais (PEC) apresentados nos Planos Museológicos as ações de elaboração, desenvolvimento e avaliação, de maneira que oriente a concepção, o desenvolvimento e a avaliação das ações educativas, apresentando os referenciais teórico-metodológicos em processos participativos.

Ação 3.1.1: Realizar levantamento de dados sobre os “PPPs” existentes, divulgando-os.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

ESTRATÉGIA 3.2: Incentivar que o Programa Educativo Cultural seja construído coletivamente na instituição, com a presença dos educadores e demais profissionais e especialistas do museu, utilizando ferramentas ou métodos de debate com a comunidade e usuários promovendo uma construção participativa, devendo esta ser prioridade em relação à contratação de consultorias.

ESTRATÉGIA 3.3: Garantir a existência de um corpo itinerante de profissionais especializados para atender demandas de pessoas com deficiência, tais como intérpretes, especialistas em acessibilidades e outros.

DIRETRIZ 4: Garantir dotações orçamentárias e financiamento para os setores educativos, suas ações, projetos e programas.

[Em conformidade com Carta de Petrópolis \(p. 4\)](#)

ESTRATÉGIA 4.1: Dotar os setores educativos de orçamento próprio, previsto nos planos anuais, planejamentos e planos de ação.

Ação 4.1.1: Instituir pesquisa diagnóstica para levantamento da demanda orçamentária mínima para sustentação e efetivação das ações e atribuições do setor educativo.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

ESTRATÉGIA 4.2: Estabelecimento de um planejamento estratégico plurianual para o setor, construído com os educadores e gestores da instituição.

DIRETRIZ 5: Adotar o Planejamento Participativo como perspectiva de ações e elaboração conceitual.

DIRETRIZ 6: Atuar em parceria com o Ministério da Educação e as Universidades para atender um conjunto maior de interessados na questão da promoção e difusão da educação museal, incluindo-a como tema transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

[Em conformidade com a Diretriz 06 do Eixo I do PNSM e com a primeira ação da Estratégia 01 da Diretriz 11 do Eixo III do PNSM](#)

DIRETRIZ 7: Fomentar e implementar políticas públicas de democratização do acesso aos museus e aos patrimônios culturais, com ações articuladas entre as esferas federal, estadual, distrital e municipal de educação e cultura.

[Em conformidade com a Diretriz 08 do Eixo II do PNSM](#)

ESTRATÉGIA 7.1: Incentivar ações e parcerias entre órgãos e instituições públicas e privadas de educação e de cultura.

Em conformidade com a Estratégia 01 da Diretriz 08 do Eixo II do PNSM

DIRETRIZ 8: Incentivar visitas escolares aos diversos tipos de museus, com o propósito de desenvolver a mentalidade cultural.

Em conformidade com a Diretriz do Tema Transversal 04 do Eixo Setorial de Museus de Culturas Militares do PNSM

ESTRATÉGIA 8.1: Capacitar professores da rede pública e particular de ensino para visitação aos museus.

Em conformidade com a Estratégia 02 da Diretriz do Tema Transversal 04 do Eixo Setorial de Museus de Culturas Militares do PNSM

Ação 8.1.1: Criar editais de fomento específicos para a área de ação educativa em museus.

Em conformidade com as Ações da Estratégia 02 da Diretriz do Tema Transversal 04 do Eixo Setorial de Museus de Culturas Militares do PNSM

GRUPO DE TRABALHO PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO MUSEAL

Tendo surgido juntamente com outros oito Grupos de Trabalho (GTs), o GT Profissionais de Educação Museal iniciou suas atividades com três tópicos lançados pela própria equipe do PNEM, advindos da Carta de Petrópolis (Financiamento para o Educativo do Museu; Fortalecimento do Educador em Museus; Setor, Área, Coordenação, Departamento Educacional). Rapidamente, tornou-se o fórum com maior número de respostas – 132 ao todo – e com mais oito tópicos criados pelos usuários do blog (Promover a Abrangência de Profissionais; Processos de Formação Inicial e Continuada; Perspectiva de Futuro Profissional; Internet como Veículo de Educação; Escolas do Ensino do 1º Grau Envolvidas na Educação Museal; Fomento e Valorização para o Educativo de Museus; Igualdade Regional; Contribuições Rio Grande do Sul).

Desde o início, este se mostrou um GT de grande aproximação com o GT Formação, Capacitação e Qualificação, talvez porque o delineamento do campo profissional perpassa pela formação necessária a este profissional e porque as carreiras são comumente relacionadas à formação acadêmica.

Pelo seu caráter aberto e colaborativo, o GT Profissionais de Educação Museal recebeu ao todo 40 participantes entre estudantes universitários, servidores públicos, gestores de equipamentos culturais e, principalmente, profissionais da Educação. A grande maioria destes participantes era de educadores de museus, professores da Educação Infantil, dos Ensinos Médio e Fundamental I e II, arte-educadores e professores universitários.

Como um movimento natural, várias experiências foram relatadas nos debates, subsidiando as discussões que se seguiram. Entre as instituições representadas, foram mencionadas as seguintes: Museu Histórico Delfim Moreira, Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS), Museu da Energia de Jundiaí, Rede de Educadores em Museus da Bahia (REM-BA), Museu de Arte Contemporânea do Ceará (MAC-CE), Universidade Luterana no Brasil no Rio Grande do Sul (Ulbra/Canoas), Palácio dos Bandeirantes, Centro de Organização e Memória do Oeste Catarinense (CEOM), Museu

de Arte de Joinville, Museu Castro Maya - Chácara do Céu, Museu das Bandeiras (MuBan), Museu das Missões; além daquelas instituições que, mesmo não nomeadas, estiveram presentes nas discussões.

Entre os relatos, demandas, sugestões e ambições debatidos nos 11 tópicos criados para o GT, percebe-se uma predominância da preocupação com o lugar que esse profissional possa ocupar dentro das instituições. Uma vez que sua função é muitas vezes desempenhada por outros atores institucionais, é necessária uma sensibilização do próprio museu no sentido de perceber esta como uma atividade profissional, com particularidades e conhecimentos específicos. Por isso, é crescente a necessidade da participação dos profissionais de educação museal na construção da gestão, planejamento de programas, projetos e ações dos museus e instituições culturais, tratando com a devida atenção os assuntos concernentes à educação museal. Vale salientar que, assim como levantado no debate, o trabalho desse educador torna-se fundamental no momento em que esses são agentes responsáveis para o desenvolvimento de uma museologia participativa e dialógica com os diferentes grupos culturais formadores da sociedade.

Isso significa dizer que os setores educativos devem estar presentes no organograma institucional e, como tais, precisam receber equipe, orçamento, espaço e ter participação efetiva nas ações desenvolvidas pelo museu. Por isso, deve-se ressaltar em meio aos temas debatidos no GT a grande demanda pela existência de um planejamento orçamentário, além da criação de editais e financiamentos exclusivos voltados para os educativos, garantindo, dessa forma, seu pleno funcionamento. Ressalta-se também a importância da inclusão, do reconhecimento e da qualificação dos educadores museais no quadro fixo de trabalho das instituições museológicas, possibilitando o desenvolvimento e a manutenção de programas, projetos e ações desenvolvidos pelo setor.

Ainda em relação ao reconhecimento e à qualificação do profissional, o debate estendeu-se na questão da importância da construção de um plano de carreira que valorize e sirva de estímulo para o aprimoramento do educador. Pelas discussões, pôde-se observar que a regulamentação da profissão dos educadores em museus é um dos principais caminhos apontados pelos usuários do Blog para o esclarecimento e reconhecimento das funções e atribuições desse profissional dentro das instituições.

Com essas características delineadas, conseqüentemente se teriam também definidas as demandas do setor por constantes investimentos em cursos, especializações, seminários e encontros que a área exige.

O debate ainda apontou para o reconhecimento do museu como instituição não formal de ensino. Sendo assim, ele deveria atuar como parceiro e articulador de constantes processos dialógicos entre os diferentes espaços, instituições e grupos sociais. Como exemplos de parcerias, foram lembrados os espaços de educação formal, como escolas e universidades; as Redes de Educadores em Museus (REM); e as Secretarias de Educação. Nesse sentido, a já conhecida parceria Museu-Escola suscitou um reflexivo espaço de discussão sobre práticas desenvolvidas e problemas a serem superados pelos profissionais de educação museal.

Em meio aos relatos de experiências, tanto da perspectiva dos museus/educadores museais quanto das escolas/professores, surgiram também sugestões para os problemas assinalados. Entre elas, destaca-se a necessidade de consolidação de vínculos entre as equipes de profissionais dos museus e das escolas, pois se acredita que esses vínculos possibilitam o debate, a elaboração e o desenvolvimento de projetos e ações em conjunto ou não, tanto dos museus quanto das escolas. Outra proposta apresentada foi o incentivo à criação de museus e espaços museais dentro das escolas e a inclusão de formação de professores e visitas a museus e espaços culturais no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas.

Tal discussão não se limitou aos Ensinos Fundamental e Médio. A relação com as universidades também foi alvo de relatos e percebeu-se que são muitos os anseios por parte dos participantes do GT. Entre eles, cita-se: a necessidade da criação de uma pós-graduação em Educação Museal; o desenvolvimento de linhas de pesquisas de extensão universitária e comunicação científica; a necessidade de parcerias entre os museus e as universidades. Esta última se desdobra em significativas propostas. Sugere-se o desenvolvimento de assessoria/consultoria para os museus por parte de professores especializados em educação museal e o reconhecimento dos museus como espaços para estágio supervisionado e campo de trabalho para o desenvolvimento de práticas pedagógicas.

As observações apresentadas acerca do papel dialógico e práticas pedagógicas dos museus e dos profissionais em educação museal não se restringiram ao espaço

físico da instituição, desenvolvendo-se o tema também no sentido de construir novos canais de comunicação instituição/público. Um dos tópicos do GT tratou especificamente do uso de novas tecnologias para isso, pois é uma tendência explícita da sociedade contemporânea, sendo imprescindível a qualificação e capacitação dos educadores museais para o uso delas. Ainda dentro deste tópico, a questão da comunicação se expandiu, apontando para a necessidade de investimentos em sites, blogs, redes sociais, aplicativos, softwares e games para o desenvolvimento de novas práticas de educação museal, ampliando o âmbito de atuação do educador para além das portas da instituição.

Com o exposto, percebe-se que os assuntos concernentes ao tema principal do GT – Profissionais de Educação Museal – demandam realmente muitas discussões e, por isso, o fórum contribuiu bastante para a construção do pensamento em torno dos tópicos levantados com os debates.

Propostas do Fórum Virtual do PNEM – GT Profissionais de Educação Museal

DIRETRIZ 1: Promover a educação museal como campo profissional.
--

ESTRATÉGIA 1.1: Regulamentação da profissão dos educadores em museus, discutindo o campo de formação e atribuições dentro das instituições.

[Em conformidade com a Estratégia 02 da Diretriz 01 do Eixo I do PNSM.](#)

Ação 1.1.1: Incentivar as universidades que disponham de cursos de Licenciatura, Museologia e Artes a apresentarem os museus como área de trabalho e espaço pedagógico – museu sob uma perspectiva educativa e educadora.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

ESTRATÉGIA 1.2: Garantir que cada instituição possua setor educativo, com a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, que tenha definido um

projeto pedagógico que fomente a relação museu/sociedade, assegurando seu status de ferramenta educacional para o desenvolvimento social.

Em conformidade com a Diretriz do Tema Transversal 04 do Eixo Setorial de Museus de História do PNSM e com a Carta de Petrópolis pg. 4.

Ação 1.2.1: Garantir a atuação de educadores na implantação dos museus.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 1.2.2: Garantir espaço físico adequado e materiais para o setor dentro das instituições.

Em conformidade com o art. 19º do Estatuto de Museus.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

ESTRATÉGIA 1.3: Garantir a existência de um profissional com formação específica em cada instituição, não delegando a função educativa somente a estagiários/estudantes sem supervisão.

Ação 1.3.1: Realizar pesquisa para saber qual a demanda por profissionais de educação em cada instituição para composição do seu setor educativo.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

ESTRATÉGIA 1.4: Valorizar a função profissional do educador na instituição, estabelecendo Plano de Carreira, criando parâmetros nacionais para equiparação da remuneração nas várias regiões do país.

Ação 1.4.1:

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

ESTRATÉGIA 1.5: Criar editais de premiação ou de fomento de educativos de museus, com vistas à melhoria destes educativos ou premiação de suas ações devido à importância e à ação social promovida para o coletivo.

Ação 1.5.1:

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

DIRETRIZ 2: Assegurar o fortalecimento do papel do educador de museus no que tange ao cumprimento de suas atribuições no âmbito do Programa Educativo Cultural, entendendo a educação museal como parte do direito à educação e não como entretenimento.

ESTRATÉGIA 2.1: Compreender a função educativa como uma das missões do museu não se restringindo a ações de visitação, necessitando se inter-relacionar com os demais processos museais.

Ação 2.1.1: Construir o programa educativo junto com o projeto curatorial, de modo a fortalecer seus conteúdos e a ideia de mediação.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 2.1.2: Estabelecer um planejamento estratégico para o setor, construído com os educadores e gestores da instituição.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 2.1.3: Garantir a participação do setor educativo nas esferas decisórias.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 2.1.4: Clarificar as funções e atribuições do educador.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 2.1.5: Sensibilizar os profissionais da área de educação museal para que sejam multiplicadores das ações de preservação da memória individual e coletiva.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 2.1.6: Garantir período de planejamento de atividades, promovendo debates, cursos e diálogos entre os vários atores institucionais.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

DIRETRIZ 3: Estimular a promoção e a difusão do conhecimento produzido na área educacional dos museus de forma a valorizar os trabalhos realizados e permitir o intercâmbio de experiências.

ESTRATÉGIA 3.1: Realizar, sistematicamente, encontros de educadores em museus.

DIRETRIZ 4: Propor a realização de concursos públicos, em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, para funções nas áreas de atuação dos museus.

[Em conformidade com a Diretriz 13 do Eixo IV do PNSM.](#)

ESTRATÉGIA 4.1: Propor a criação de cargos de nível superior para museólogo, restaurador e educador nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, bem como cargos técnicos nos mesmos âmbitos.

[Em conformidade com a Estratégia 01 da Diretriz 13 do Eixo IV do PNSM.](#)

Ação 4.1.1:

Articular junto a instituições como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Comércio (SESC) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) e Escola Técnica Estadual Professor Agamemnon Magalhães (ETEPAM) a criação de cursos profissionalizantes de nível técnico na área de museus.

[Em conformidade com a Estratégia 01 da Diretriz 13 do Eixo IV do PNSM.](#)

DIRETRIZ 5: Garantir que cada instituição possua setor educativo, com a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, que tenha definido um projeto pedagógico que fomente a relação museu-sociedade, assegurando seu status de ferramenta educacional para o desenvolvimento social.

[Em conformidade com a Diretriz do Tema Transversal 04 do Eixo Setorial Museus de História do PNSM.](#)

ESTRATÉGIA 5.1: Construir um projeto pedagógico, sujeito a avaliação periódica, com a participação de representantes de vários segmentos da sociedade, possibilitando o protagonismo dos sujeitos envolvidos nas ações educativas.

Em conformidade com a Estratégia 01 da Diretriz do Tema Transversal 04 do Eixo Setorial Museus de História do PNSM.

Ação 5.1.1: Elaborar o projeto pedagógico, contando com a participação efetiva dos representantes da comunidade e dos profissionais da área de ensino.

Em conformidade com as Ações da Estratégia 01 da Diretriz do Tema Transversal 04 do Eixo Setorial Museus de História do PNSM.

Ação 5.1.2: Desenvolver ações educativas, incluindo a produção de materiais de apoio, em conformidade com o projeto pedagógico elaborado.

Em conformidade com as Ações da Estratégia 01 da Diretriz do Tema Transversal 04 do Eixo Setorial Museus de História do PNSM.

GRUPO DE TRABALHO FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

O Grupo de Trabalho (GT) Formação, Capacitação e Qualificação obteve uma significativa participação no fórum virtual de discussão no Blog do PNEM, totalizando 65 postagens em oito tópicos de discussão.

Além das postagens individuais no fórum, estão aqui representadas as aspirações e expectativas das seguintes instituições que colaboraram para enriquecer o debate no Blog do PNEM: Curso de Museologia e Programa Incluir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS); Instituto Bruno Segalla; Santander Cultural; Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais do Rio de Janeiro (REM-RJ); Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro (CCBB-RJ); Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF); Centro Cultural de Folclore e Cultura Popular (CCFCP); Instituto Moreira Sales; Memorial Getúlio Vargas; Fundação Casa de Rui Barbosa; Museu Casa da Hera; Museu Casa do Pontal; Museus Castro Maya – Chácara do Céu; Museu da Marinha; Museu da República (MR); Museu da Vida; Museu de Arqueologia de Itaipu; Museu do Ingá; Museu do Meio Ambiente; Museu Histórico Nacional (MHN); Museu Nacional; Oi Futuro/Museu das Telecomunicações; Núcleo Experimental do Museu de Arte Moderna e Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

Entre os tópicos debatidos neste GT, destacam-se os que abrangem o conceito de educação como processo, como desenvolvimento continuado, visando ampliar os conhecimentos, as capacidades e habilidades dos educadores de museus, a fim de aprimorar seu desempenho funcional no cumprimento dos objetivos institucionais e no atendimento, com a participação da sociedade.

A necessidade de articulação entre teoria e prática apareceu reiteradamente nas discussões, assim como a supressão de lacunas na formação do educador museal, já que se faz imperativo contar com uma formação específica para que ele possa dar conta da complexidade que é produzir conhecimento a partir do acervo material e imaterial produzido pelo homem.

Também foi abordado no fórum o aprendizado permanente das inovações e transformações que estejam ocorrendo na contemporaneidade, que podem culminar inclusive na mudança das atuais formas de pensar, sentir e agir destes profissionais.

Assim, tópicos como o investimento na formação dos profissionais de educação dos museus e demais espaços de memória; a promoção e difusão do conhecimento da área educacional museal; contatos e parcerias com instituições de ensino e com instituições de natureza diferenciada do ensino formal; e o fomento para publicações especializadas e estágios técnicos, foram os que tiveram maior reflexão.

Foram propostos desde Programas de Pós-graduação, cursos de Especialização, à utilização de outras metodologias como: seminários; congressos; simpósios; mini-cursos; oficinas; prática de desenvolvimento de competências (*coach*); tutoria profissional (*mentoring*); variação de atividades (*job rotation*); estágios técnicos intra e interinstitucionais em museus brasileiros e estrangeiros, com certificação dos órgãos envolvidos; reuniões de trabalho; estudos em campo; estudos comparativos; visitas técnicas; sites e grupos de discussão na internet e outros meios alternativos de aprimoramento profissional voltado para a atualização nesta área de saber.

As novas tecnologias estiveram presentes nos debates no que tange às possibilidades de qualificação e de comunicação por meio destas ferramentas e na elaboração de programas e projetos educativos que contemplem, quando possível, recursos do mundo digital. Os debates do fórum também contemplaram a implantação do Ensino a Distância (EAD) por ser uma oportunidade de aperfeiçoamento profissional, graças à facilidade e à rapidez que a web promove, assim como o acesso que proporciona àqueles que estão distantes dos grandes centros urbanos.

A criação de uma Universidade Corporativa do Instituto Brasileiro de Museus (UniMuseus/Ibram) visando às especificidades técnicas da área museal foi indicada como uma meta específica. Vale enfatizar que a Educação Corporativa é acrescida aqui através do prisma da gestão por competências, desenvolvimento de pessoas e de talentos. E na crença de que somente o conhecimento e o potencial humano alinhados à missão institucional e aos objetivos estratégicos constroem uma plataforma entre o desenvolvimento das pessoas e as estratégias organizacionais, sendo por isso capazes de construir aparelhos de aprendizagem presentes no desenvolvimento do novo paradigma do mundo do trabalho.

O educador museal, por meio deste pressuposto, se capacitaria e se qualificaria, reavivando o empoderamento e o sentimento de pertença. Esta nova forma de conceber e perceber o profissional faz com que ele se inclua, revelando não apenas sua acuidade institucional, mas reafirmando a equação de que a melhoria dos serviços prestados à sociedade está diretamente vinculada à constante qualidade do atendimento e da compreensão do papel deste profissional nas mais diferentes frentes de atuação.

Como desdobramentos das discussões, também foram acrescentados a necessidade do fortalecimento do profissional e o debate sobre a regulamentação da profissão, criando planos de carreira que incentivem e garantam a permanência dos profissionais no quadro das instituições em que atuam e a contribuam com elas a partir de sua formação e qualificação.

Visando dar maior visibilidade aos museus como locais de produção de conhecimento, foi incluída a sugestão de uma ação conjunta dos museus com o Ministério da Educação e as Universidades para atender um conjunto maior de interessados na questão da promoção e difusão da educação museal, fortalecendo as instituições museais junto ao meio acadêmico, entendendo-as como espaços educativos e campo para estágios profissionais.

Também foi indicado que se amplie a divulgação dos projetos e ações educativas realizadas nos museus junto às escolas de educação básica, enfocando as potencialidades destes espaços como plurais e multidisciplinares.

E para a divulgação de todo o arcabouço teórico produzido, a sugestão foi a de reunir em uma revista especializada artigos que permeiem as questões das práticas e das teorias educativas museais produzidos por diversos profissionais do campo museal e das instituições de ensino formal. Com este instrumento, gera-se um maior diálogo entre os museus e as demais instituições de ensino.

Com a intenção de percorrer a dimensão da diversidade cultural e territorial do nosso país, foi indicada a necessidade de aproximar instituições e profissionais por cidades, estados e regiões, visando ao fortalecimento de uma Política de Educação Museal por meio do intercâmbio entre os profissionais que vivenciam diferentes realidades e experiências no cotidiano do trabalho.

Por fim, apesar dos problemas enfrentados no processo de formação, capacitação e qualificação dos profissionais da área cultural, sejam eles decorrentes de conjunturas econômicas e políticas adversas em determinados contextos históricos, ou relativos às crescentes demandas da sociedade e do próprio anseio dos profissionais, a busca por soluções para os desafios ainda persiste e foram claramente indicados neste GT. Tudo isso apenas confirma o intuito do fórum de discutir questões referentes à superação das dificuldades e à busca pelo aprimoramento e reconhecimento do educador museal.

Propostas do Fórum Virtual do PNEM – GT Formação, Capacitação e Qualificação

DIRETRIZ 1: Garantir o investimento na formação, capacitação e qualificação de todos os profissionais envolvidos com a área educativa e sociocultural dos museus e demais espaços de memória.

[Em conformidade com a Diretriz 01 do Eixo I do PNSM.](#)

ESTRATÉGIA 1.1: Estimular a formação e qualificação dos profissionais que atuam nos museus e demais espaços de memória por meio de intercâmbio de repertório teórico e de práticas educativas intra e interinstitucionais.

[Em conformidade com a Carta de Petrópolis \(pg. 5\)](#)

Ação 1.1.1: Implementar programas de formação continuada, incentivando o desenvolvimento de pesquisa acadêmica e garantindo a participação dos profissionais da área educacional em fóruns, eventos, oficinas e mini cursos a serem desenvolvidos por meio de parcerias entre universidades, associações, pelo IBRAM, pelos Sistemas de Museus e outros órgãos voltados para a área de interesse.

[Em conformidade com a Estratégia 02 da Diretriz 09 do Eixo I do PNSM.](#)

Meta quantitativa:

Meta temporal:

Ação 1.1.2: Criação de uma Universidade Corporativa no IBRAM tendo em vista as especificidades técnicas da área museal.

Meta quantitativa:

Meta temporal:

Ação 1.1.3: Estimular a promoção de cursos de graduação e pós-graduação na área museológica através da modalidade EaD, tendo em vista a capacitação e formação continuada de gestores, educadores e demais profissionais envolvidos na atuação museal.

[Em conformidade com a Estratégia 02 da Diretriz 09 do Eixo I do PNSM.](#)

Meta quantitativa:

Meta temporal:

Ação 1.1.4: Criação de cursos de extensão na modalidade EaD, objetivando facilitar o acesso àqueles que estão distantes dos grandes centros.

Meta quantitativa:

Meta temporal:

Ação 1.1.5: Fomentar o debate sobre a formação do educador museal, possibilitando uma formação específica para que ele possa dar conta da complexidade que é produzir conhecimento a partir do objeto.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 1.1.6: Viabilizar oficinas, minicursos, e outras iniciativas de formação, qualificação e capacitação sobre acessibilidade em museus para todo o Brasil.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 1.1.7: Realizar cursos e palestras com os educadores de museus sobre as possibilidades de comunicação e educação das ferramentas digitais, de modo que as equipes possam conceber programas educativos contemplando, quando possível, recursos do mundo digital.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 1.1.8: Promover oficinas sobre conservação preventiva de acervos museológicos, contribuindo com a formação dos profissionais que atuam, direta ou indiretamente, na preservação destes acervos.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

ESTRATÉGIA 1.2: Implementar uma política interna nos museus que viabilize a participação dos profissionais em congressos, encontros, seminários locais, regionais, nacionais e internacionais.

Em conformidade com a Carta de Petrópolis (pg. 4)

ESTRATÉGIA 1.3: Possibilitar a abertura dos museus como campo para realização de estágios supervisionados a fim de que os estudantes conheçam e compartilhem dos conhecimentos teórico-práticos dos diferentes profissionais que atuam nos museus, favorecendo a troca de informações e o incremento da formação de futuros profissionais.

Em conformidade com o Art. 30 do Estatuto de Museus.

DIRETRIZ 2: Reconhecer e consolidar os museus como espaços de produção de conhecimento e pesquisa.

ESTRATÉGIA 2.1: Ampliar a divulgação dos museus para que eles possam discutir conjuntamente soluções para as dificuldades de qualificação, seja no âmbito da formação, seja no exercício prático do profissional de educação em museus.

Ação 2.1.1: Possibilitar o repasse das informações técnicas dos profissionais que atuam nos museus (nas diversas áreas de saber) que estejam prestes a se aposentar, tomando como base suas experiências, entendendo-as como uma oportunidade única de contato dos educadores museais com o cabedal de conhecimento que raramente será encontrado fora das instituições museológicas.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

DIRETRIZ 3: Promover e financiar estágios técnicos interinstitucionais em museus brasileiros e estrangeiros com reconhecida e comprovada capacidade e disponibilidade de atuação na área da formação profissional.

Em conformidade com a Carta de Petrópolis (pg. 4)

ESTRATÉGIA 3.1: Ampliar a oferta de vagas de estágios técnicos especializados.

ESTRATÉGIA 3.2: Aproximar instituições e profissionais de uma mesma região, facilitando a realização de cursos e outros tipos de formação.

Ação 3.2.1: Fortalecer a criação e o acesso a fóruns, núcleos de treinamento regionais e estágios técnicos para os profissionais de instituições pequenas ou interioranas que não têm acesso aos grandes centros de formação.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

DIRETRIZ 4: Promover políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal, direcionadas às ações museais que garantam o fomento de ações de divulgação, valorização, preservação e difusão dos diferentes tipos de manifestações culturais, associando estas ações à sustentabilidade cultural, ambiental, econômica e social.

Em conformidade com a Diretriz 09 do Eixo II do PNSM.

ESTRATÉGIA 4.1: Incentivar parcerias entre cursos de graduação em Museologia e áreas afins com instituições museológicas e culturais.

Em conformidade com a Estratégia 03 da Diretriz 09 do Eixo II do PNSM.

Ação 4.1.1: Implantar programas educativos transversais que contemplem o patrimônio cultural, aliados à educação formal e não formal.

Em conformidade com as Ações da Estratégia 03 da Diretriz 09 do Eixo II do PNSM.

GRUPO DE TRABALHO REDES E PARCERIAS

O Grupo de Trabalho com o tema Redes e Parcerias surgiu com a proposta de fazer um levantamento sobre necessidades e realizações que educadores organizados e/ou em parceria com diversas instituições têm vivenciado em museus no Brasil.

Foram narradas muitas experiências positivas, parcerias de sucesso, mas também foram localizados problemas de diferentes graus de dificuldade de resolução.

O GT iniciou seu debate no fórum de discussões virtual do Blog do PNEM com a proposição de três tópicos elaborados pela equipe do Programa. Outros cinco tópicos foram apresentados pela Coordenação do GT e por articuladores, somando 54 postagens e 21 participantes, sendo quatro deles Redes de Educadores em Museus – REMs (BA, BH, RJ e SC).

Os oito tópicos tiveram como temas principais a criação e o fortalecimento das redes de educadores; parcerias entre museus e escolas, instituições de cultura e pesquisa e outras instituições e grupos organizados; a criação de projetos como de museus itinerantes e de formação de profissionais.

Algumas das principais polêmicas giraram em torno dos tipos de parcerias que devem ser tomados como políticas para educação museal e sobre a institucionalização das REMs que hoje existem de forma autônoma e informal.

No primeiro caso, as colocações defendiam prioridade de parcerias entre instituições públicas e sociedades civis sem fins lucrativos, ou, de outro lado, que as parcerias com instituições privadas, como empresas, deveriam entrar no escopo das ações propostas pelo Programa.

No segundo, surgiram mais dúvidas sobre como institucionalizar as Redes, sem que estas percam sua autonomia diante das instituições e empresas, mas que essa mudança possibilite sua manutenção e continuidade (sustentabilidade das iniciativas).

No tópico “Redes entre os profissionais do educativo”, surgiram muitas das demandas dos profissionais de museus. Foram levantadas algumas sugestões baseadas nas necessidades dos educadores e de sua organização, como a do fortalecimento das REMs por meio de editais específicos; a da criação de um portal unificado, com banco

de dados e informações de suas atividades; a da realização de parcerias para capacitação profissional e para o acesso gratuito de educadores nos museus; a de regulamentação destas organizações por meio de estatutos ou regimentos; e da articulação entre REMs e Sistemas de Museus.

Com o objetivo de fortalecer os Programas Educativos Culturais por meio de parcerias com universidades e centros de pesquisa, o tópico “Parcerias com instituições de cultura e pesquisa” apresentou debates em torno da necessidade do reconhecimento do museu enquanto espaço de pesquisa autônomo, destacando sua potencialidade particular no que diz respeito ao contato com diferentes públicos e a possibilidade de divulgar e construir conhecimento a partir de suas ações educativas. As parcerias entre estas instituições para a capacitação e formação continuada dos profissionais foi também levantada como fundamental.

No tópico “Parcerias externas”, a discussão girou em torno da necessidade de fomento e da consolidação de parcerias externas, principalmente com as Redes de Educadores em Museus e outras organizações da sociedade civil, em prol da divulgação de seus trabalhos, da realização de atividades de formação profissional, do fomento a publicações, além da parceria entre diferentes pastas governamentais, como a da Cultura, da Educação, da Justiça, dos Esportes e outras.

Durante o período em que ficou aberto ao debate, o fórum propiciou aos coordenadores e aos articuladores do PNEM a possibilidade de agregar outras importantes discussões, trazidas em cinco tópicos, que serão apresentados a seguir, começando pelos tópicos sugeridos pela Coordenação do GT.

Com o intuito principal de valorizar o maior público recebido por educadores em museus, o público escolar, foi criado o tópico “Parcerias com instituições de educação básica”. Nele, surgiram propostas que visam à colaboração entre museus e escolas, sem deixar de distinguir as especificidades e potenciais educativos de cada um destes espaços.

Em termos de conteúdo, as ideias giraram em torno do estabelecimento de projetos continuados entre museus e escolas, voltados tanto para os alunos como para a capacitação dos professores, envolvendo universidades e centros de formação de professores em parcerias que possibilitem a inserção do museu como possibilidade de formação profissional em cursos de Licenciatura e de Pedagogia.

Para isso, levantou-se a necessidade de realização de parcerias entre Secretarias de Educação e museus, instituições ou órgãos administrativos da cultura, inclusive para resolver um problema grave que foi detectado pelos participantes, que é a falta ou dificuldade de se conseguir transporte para levar alunos e professores aos museus para a realização de visitas ou de projetos culturais.

Para agregar as propostas que envolviam outros níveis/modalidades de ensino, foi criado o tópico “Parcerias com Instituições de Educação profissionalizante”, para o qual as propostas sugeridas para as escolas de ensino básico também são válidas.

A Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais do Rio de Janeiro realizou dois encontros presenciais para discussão do PNEM. Neles, foram debatidos os temas dos nove GTs do Blog. Para o GT Redes e Parcerias, foi sugerida a realização de parcerias entre museus instituições de educação não formal e demais grupos organizados. Elas teriam o propósito de trazer melhorias à formação oferecida em espaços como estes, inclusive incentivando a parceria entre eles e órgãos públicos, como Secretarias de diversas pastas governamentais.

Ainda como proposta da REM-RJ, foi criado o tópico “Projetos de Museus Itinerantes”, centrado na ideia de estimular a criação de projetos que viabilizem a circulação de acervos museológicos em instituições escolares, estimulando a pesquisa e o conhecimento de como funciona um museu.

Por fim, o GT teve também a contribuição de uma articuladora, criando o tópico “Ações Colaborativas entre Escolas e Museus no contexto da formação de professores”, em que foram levantadas questões debatidas nos tópicos anteriores, como a necessidade de inserir o museu como espaço possível para atuação profissional de pedagogos e licenciados; a indicação de diferença entre o trabalho educativo realizado em escolas e museus; e a necessidade da abertura de diálogos entre educadores e professores, profissionais ou em formação, e entre museus, universidades e escolas.

Percebemos que a maior parte das questões e propostas levantadas nos tópicos do Grupo de Trabalho Redes e Parcerias giraram em torno de demandas profissionais institucionais ou da organização de educadores enquanto sociedade civil; da necessidade do estabelecimento de parcerias com diferentes instituições e com diferentes fins, mas com o sentido comum de melhoria das ações educativas e da

formação profissional; e da abertura do museu como espaço educativo que fomenta a qualidade da formação humana em conjunto com diversos atores e lugares.

As experiências apresentadas foram, na maior parte das vezes, narradas por educadores organizados de forma autônoma, ou sobre parcerias entre instituições públicas (neste caso, a maior parte foram museus e escolas) ou entre elas e a sociedade civil organizada, em especial instituições sem fins lucrativos.

Portanto, acredita-se que o perfil das propostas e do debate define o que de imediato está colocado como necessidade no campo da educação museal no que diz respeito ao tema Redes e Parcerias.

Propostas do Fórum Virtual do PNEM – GT Redes e Parcerias

DIRETRIZ 1: Firmar acordos de cooperação técnica com universidades, centros culturais e institutos de pesquisa e fomento à cultura, a fim de assegurar o apoio e o fortalecimento aos projetos propostos pelos Programas Educativos Culturais dos museus.

[Em conformidade com a Diretriz 07 do Eixo II do PNSM.](#)

ESTRATÉGIA 1.1: Fomentar ações colaborativas entre escolas e museus no contexto da formação de professores.

Ação 1.1.1: Realizar encontros com professores, palestras, publicação de material impresso específico para este grupo profissional.

[Em conformidade com a Estratégia 05 da Diretriz 03 do Eixo I do PNSM.](#)

Meta quantitativa:

Meta temporal:

ESTRATÉGIA 1.2: Incentivar a formação continuada dos educadores de museus por meio de parcerias e acordos com universidades, tendo como objetivo a realização de pesquisas que promovam retorno social.

ESTRATÉGIA 1.3.: Garantir que nas verbas de agências e de coordenações de pesquisa haja fomento para editais de desenvolvimento de ações educativas e pesquisas na área de educação museal.

ESTRATÉGIA 1.4: Estimular a formação da equipe de educação do museu a partir de parcerias com instituições especializadas no atendimento de pessoas com deficiência.

Ação 1.4.1: Estabelecer parcerias com instituições especializadas, a fim de promover cursos e palestras para profissionais de museus.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

DIRETRIZ 2: Fomentar programas e ações colaborativas entre museus e instituições do ensino básico e profissionalizante visando à formação integral dos sujeitos envolvidos.

ESTRATÉGIA 2.1: Promover ações continuadas entre museus e escolas.

ESTRATÉGIA 2.2: Realizar parcerias com Secretarias de Educação, estabelecendo programas de transporte para escolas visitarem museus.

[Em conformidade com a primeira ação da Estratégia 01 da Diretriz 07 do Eixo II do PNSM.](#)

Meta quantitativa: um museu por semestre por turma.

DIRETRIZ 3: Estabelecer parcerias entre as diversas esferas do poder público e com a iniciativa privada, de modo a promover ações educacionais de valorização e sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado.

[Em conformidade com a Estratégia 01 da Diretriz 07 do Eixo II do PNSM.](#)

ESTRATÉGIA 3.1: Priorizar parcerias entre instituições públicas, visando não somente a economia de recursos como também uma melhor integração entre diferentes áreas

dos serviços públicos voltadas para formação de profissionais e para a qualidade dos serviços oferecidos.

ESTRATÉGIA 3.2: Garantir recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) mediante celebração de acordos, convênios e parcerias institucionais entre o MinC, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Sistema “S” (SEST, SENAC, SENAI, SESC e SESI), visando à capacitação profissional de jovens e adultos das comunidades para atuar em áreas de interesse técnico e estratégico dos museus (exposições, idiomas, acessibilidade, informática, turismo, entre outras).

DIRETRIZ 4: Fomentar programas e ações colaborativos entre museus e instituições de educação não formal e grupos organizados visando à formação integral dos sujeitos envolvidos.

ESTRATÉGIA 4.1.: Constituir ações de formação em parceria entre museus e instituições de educação não formal e demais grupos organizados de modo a fortalecer políticas públicas para a área.

ESTRATÉGIA 4.2: Incentivar a parceria entre Secretarias Municipais e Estaduais de Turismo, Assistência Social, Ciência e Tecnologia, Cultura e museus em prol de uma melhoria da qualidade da formação em espaços de educação não formal, ampliando suas possibilidades educativas.

Ação 4.2.1.: Colaborar com estas instituições para que elas organizem seus “centros de memória” em ações conjuntas com os museus.

Meta quantitativa:

Meta temporal:

ESTRATÉGIA 4.3: Estabelecer parcerias com instituições que promovam a democratização do acesso para grupos específicos tais como pessoas com deficiência, idosos, jovens, detentos, pacientes psiquiátricos entre outros.

DIRETRIZ 5: Estimular a criação de projetos que viabilizem a circulação de acervos museológicos em instituições de ensino, estimulando a pesquisa e o conhecimento de como funciona um museu. **SUGESTÃO PARA O DEBATE:** ampliar para diferentes Secretarias de Estado, instituições culturais.

DIRETRIZ 6: Promover a criação de redes de informação e de interação entre os profissionais das áreas educativas dos museus e entre os museus e a sociedade, a fim de facilitar a pesquisa, o desenvolvimento profissional e a democratização do acesso ao conhecimento produzido.

[Em conformidade com a Carta de Petrópolis \(pg. 5\)](#)

ESTRATÉGIA 6.1: Apoio do Ibram e dos Sistemas Estaduais e Municipais de Museus às ações socioeducativas das Redes de Educadores em Museus.

Ação 6.1.1: Apoio técnico e financeiro, com liberação de pessoal, para participação em eventos socioeducativos de médio e grande porte.

Meta quantitativa:

Meta temporal:

Ação 6.1.2: Incentivo ao surgimento de REMs em locais onde elas ainda não existam, fomentando-as inclusive por meio de editais que contemplem a realização de palestras, cursos, intercâmbios e publicações em parceria com as instituições de ensino formal, públicas e privadas – educação básica e superior –, assim como com instituições de educação não formal e instituições culturais.

Meta quantitativa:

Meta temporal:

Ação 6.1.43: Estabelecer parcerias entre museus e REMs garantindo gratuidade de entrada em museus e centros culturais para os participantes das redes.

GRUPO DE TRABALHO ESTUDOS E PESQUISAS

O Grupo de Trabalho (GT) Estudos e Pesquisas teve um total de 40 respostas em oito tópicos criados. De maneira geral, o GT atraiu contribuições que abordaram as definições de pesquisa dentro dos museus e apresentaram preocupações com a qualificação e a disponibilidade de profissionais voltados à pesquisa nessas instituições.

A seguir, será apresentada uma síntese dos debates para, ao final, esboçar uma primeira definição do que vem a ser a pesquisa dentro dos museus, definição esta extraída da discussão que se seguiu durante os meses de consulta pública no Blog do Plano Nacional de Educação Museal (PNEM).

O tópico “O que é, afinal, ‘Pesquisa’ nos museus?” foi um dos mais comentados. Conforme as afirmações dos participantes, os acervos só podem ganhar sentido quando há conhecimento sobre eles, vide uma das contribuições do fórum: “...não faz sentido um acervo que não é pesquisado; mantê-lo apenas guardado é um retorno aos gabinetes de curiosidade em que os visitantes iam para ver as maravilhas de um mundo distante”.

Ainda de acordo com o que foi debatido no tópico, pode-se afirmar que os museus, em sua própria concepção, são espaços de pesquisa. Tratando-se especificamente dos setores educativos como espaços produtores de conhecimento, há grupos de pesquisa estabelecidos no Brasil e no mundo que têm como foco a educação em museus, com produções bibliográficas que comprovam que existe muito a se produzir neste sentido. Os setores educativos dos museus poderiam, assim, ser reconhecidos como efetivamente uma área de produção de conhecimentos.

Os debates do tópico que se propôs discutir “Articulação com agências científicas, instituições de ensino superior e instituições de memória e patrimônio cultural” apontaram para uma questão bastante prática: é preciso valorizar o trabalho de investigação nas instituições museológicas.

Em especial, as contribuições apontam para a diretriz de incentivar a produção científica nos museus com editais específicos. Os editais podem ser um instrumento de

fomento à proposição de ações e pesquisas. Por outro lado, é indispensável a valorização da carreira dos pesquisadores no âmbito do Ibram – onde a retribuição por titulação ainda não foi implementada. Nesse sentido, o próprio Ibram também poderia lançar incentivos à pesquisa no âmbito de suas unidades.

Também o tópico “Oportunizar amplo acesso da sociedade ao Museu” recebeu contribuições que reivindicavam a criação de mecanismos que favoreçam a produção de conhecimento a partir dos projetos e das pesquisas desenvolvidas no âmbito dos setores educacionais dos museus. Foi recorrente a questão do incentivo à produção e à formação científica por meio da melhoria do plano de carreira dos profissionais da área e do seu reconhecimento enquanto pesquisadores: incentivos no plano de carreira, com reconhecimento (por meio da remuneração) da titulação dos servidores e de seu contínuo aperfeiçoamento.

Uma vertente da pesquisa realizada nos museus que não está diretamente ligada à tipologia de acervo é o Estudo de Público. Essa categoria de pesquisa foi tema de inúmeras falas dos participantes do GT, sendo apontada como uma tarefa primordial do trabalho museológico. O tópico “Estudo de público e não público” recebeu uma grande quantidade de postagens.

Reconhece-se que as ações de pesquisa de público são constitutivas do trabalho das instituições museológicas, mas não há uma metodologia consolidada. Dessa maneira, há quantidades e tipologias de dados diferentes para a análise. Na tentativa de uma tipificação dessa modalidade de pesquisa, pode-se chegar às seguintes definições: a) estatística de público: a contagem do público que visita o museu, geralmente registrada na entrada ou na saída do museu; b) estudo do público: aplicação de questionário ou outro instrumento que auxilie no levantamento do perfil do público visitante - gênero, idade, origem, escolaridade, motivo da visita, etc.; c) estudos de recepção do público e d) estudo de não público: aplicação de questionário ou outro instrumento em amostragem de pessoas que não visitam o museu.

Esse tópico recebeu a contribuição da Coordenação de Pesquisa e Inovação Museal do Ibram (CPIM/Ibram), que disponibilizou um resumo pesquisa que realizaram sobre não público: “Estudo do ‘não público’ dos museus: levantamento estatístico sobre o ‘não ir’ a museus no Distrito Federal”. A pesquisa apresenta um novo olhar sobre a tradicional coleta de dados sobre os públicos dos museus na

medida em que tem foco naqueles que não frequentam essas instituições. Conforme explicitado na pesquisa, os dados levantados ajudam a compreender as características dos indivíduos e grupos sociais que não acessam um espaço cultural como os museus. Este conhecimento pode disponibilizar subsídios e orientações para as políticas públicas museais visando reduzir a exclusão cultural e ampliar o usufruto do direito à memória.

Em linhas gerais, pode-se dividir as pesquisas dentro dos museus em três grandes grupos: a pesquisa de público, conforme descrita acima, a pesquisa relacionada aos processos museais – por exemplo, a transposição didática das exposições - e a pesquisa relacionada ao acervo. No terceiro caso, o tipo de profissional capacitado a realizá-la depende fortemente da tipologia de acervo da instituição. Poucos são os museus com uma única tipologia de acervo (caso dos museus de arte, por exemplo). Coleções múltiplas, que remetem a campos diferenciados do conhecimento, são realidades muito frequentes, e criam dificuldades para se dispor de profissionais capacitados a realizar pesquisa nesses acervos.

No caso da pesquisa de acervos, uma definição do que vem a ser deve partir do entendimento de que a pesquisa é a maneira pela qual os museus podem acessar o sentido dos objetos que guardam. Aos museus, está posta a tarefa de comunicar através dos objetos. Porém os objetos não falam por si. “Falam” a partir da escrita ou a partir dos mecanismos que os museus encontram para comunicar o seu sentido.

A rigor, um objeto (ou obra de arte) presente em uma reserva técnica de um museu, seja qual for a sua temática, é como um “dado bruto”. Dados brutos não são informações, são a matéria-prima do conhecimento, mas não se confundem com ele. O conhecimento só é atingido quando os dados são analisados diante de um contexto histórico e social e confrontados com a teoria. O patrimônio, como um dado bruto, pode não ter sua concretude até que a pesquisa descortine seu significado e possibilite o estabelecimento da comunicação com o público.

Porém, a realidade é que a maioria dos museus brasileiros não faz pesquisa e não possui, entre seus quadros, pessoal qualificado para realizar essa atividade. Museus com um setor de pesquisa são ainda mais raros. É reconhecida no campo museológico a situação de descompasso entre a quantidade de objetos que entram no

museu e o que se produz em termos comunicacionais, porque a falta de pesquisa gera o estancamento do fluxo de produção de informações.

Para tentar resolver este problema, os museus acabam indo beber da produção de outras instituições, pois não têm espaço e pessoal adequado à pesquisa. Como regra, os museus cumprem o papel de comunicar aquilo que é produzido por outras instituições.

Ser um espaço de comunicação da produção de outras instituições não é um problema em si. As experiências dos museus brasileiros demonstram que é plenamente possível a sinergia entre o trabalho dos museus e das instituições de pesquisa. No entanto, a existência dessa possibilidade não se choca com o desejo expresso pelos próprios profissionais de museus que se manifestaram no Grupo de Trabalho Estudos e Pesquisas: que as instituições museológicas possam também produzir conhecimento sobre seus acervos. Afinal, é a pesquisa que torna possível comunicar à sociedade o sentido dos objetos presentes nas coleções - sem o contexto esses objetos não possuem nenhum significado inteligível. É o conhecimento científico que estabelece os nexos entre objeto e contexto, abrindo as janelas para a comunicação com o público.

Propostas do Fórum Virtual do PNEM – GT Estudos e Pesquisas:

DIRETRIZ 1: Fortalecer o campo museal como espaço para produção de pesquisas na área de educação.

Em conformidade com a Diretriz 04 do Eixo I do PNSM.

DIRETRIZ 2: Articular com agências científicas, instituições de ensino superior e instituições de memória e patrimônio cultural o desenvolvimento e fomento de pesquisas que contemplem a produção simbólica e a diversidade cultural no espaço museológico para o desenvolvimento de ações educativas museais.

Em conformidade com o Art. 28, § 2º, do Estatuto de Museus e com a Carta de Petrópolis (pg. 5)

ESTRATÉGIA 2.1: Incentivar a produção científica dos museus com editais específicos, sendo estes um caminho para a proposição de ações e pesquisas.

ESTRATÉGIA 2.2: Articular as possibilidades de pesquisas por meio da concessão de bolsas nas universidades e de convênios com instituições públicas e privadas para as pesquisas na área.

DIRETRIZ 3: Promover periodicamente estudos de público e de não público de museus, com caráter qualitativo e quantitativo, além de diagnósticos de participação, com o intuito de avaliar o cumprimento dos objetivos do museu, visando à progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e ao atendimento das necessidades dos visitantes.

ESTRATÉGIA 3.1: Sinalizar tendências, identificar públicos e campos centrados na inclusão social, acessibilidade física e social, sustentabilidade ambiental e inovação com maior foco no âmbito da preservação patrimonial.

Ação 3.1.1: Construir instrumentos/metodologias que deem conta desses levantamentos e pesquisas seja com o público interno ou externo.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 3.1.2: Reunir e fomentar artigos de profissionais diversos do universo dos museus e das escolas cujo tema dos textos possa permear as questões das ações educativas em museu para que tais publicações possam gerar maior diálogo entre as instituições museais e escolares.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

GRUPO DE TRABALHO ACESSIBILIDADE

Em um esforço de sistematizar as questões e as reflexões apresentadas no Blog do PNEM sobre a temática do Grupo de Trabalho (GT) Acessibilidade, entendeu-se primeiramente a inclusão da questão da Acessibilidade no Programa Nacional de Educação Museal (PNEM) como uma ferramenta de integração. Um dos pilares conceituais da Acessibilidade é a igualdade de condições para todos os indivíduos. seguindo a linha conceitual do Ibram, "Museus para todos", nada mais acertado do que tornar nossos espaços acessíveis.

Assim, Acessibilidade é prover acesso, e acesso é dar "ao visitante a oportunidade de utilizar instalações e serviços, ver exposições, assistir conferências, investigar e estudar o acervo e conhecer o pessoal". Nessa perspectiva, não é pensada aqui somente a acessibilidade física, mas também a acessibilidade econômica, informacional, cultural. A questão é fornecer toda uma infraestrutura para receber todos os tipos de visitantes, de diferentes níveis de interesse e com suas particularidades: um tipo de acessibilidade universal.

Vale lembrar que o Artigo 37 da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que "Toda a pessoa tem o direito a tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, a gozar das artes e a participar no progresso científico e nos benefícios que dele resultarem".

Comprovando a importância deste debate, o GT Acessibilidade recebeu 38 respostas nos seus sete tópicos de discussão. Recebemos muitas reflexões acerca da "Formação para atendimento de pessoas com necessidades especiais", aqui entendida como Acessibilidade Atitudinal – tópico fundamental para estruturar qualquer trabalho sobre acessibilidade em um espaço museológico.

Nesse sentido, entende-se que o treinamento é fundamental. Não adianta apenas a colocação de rampas ou legendas em Braille se a equipe não estiver treinada e/ou souber receber o visitante – assunto que recebeu 10 postagens.

Outro tópico – "Adaptações em museus para promover acessibilidade", com três postagens – debateu sobre reformas e adaptações dos espaços museológicos.

Colocou-se muito o embate entre IPHAN e as reformas para adaptações. A maior parte dos museus brasileiros está em prédios que não foram construídos para serem museus. Geralmente são prédios originários de outras funções, como fortes, residências, estações, igrejas, sendo a grande maioria tombada por órgãos de proteção ao patrimônio. Dessa maneira, a acessibilidade física nesses espaços é muito restrita, uma vez que além da função original do prédio, o tombamento recebido por esses espaços nem sempre viabiliza as adaptações necessárias.

Outro tópico importante, “Conceituação de Acessibilidade”, trouxe a definição de terminologias e a ampliação do conceito como pontos cruciais. Pois, a escolha do termo **ACESSIBILIDADES** (forma ampla e irrestrita) passa a contemplar não só as pessoas com deficiências, mas também as pessoas à margem social e econômica¹.

No tópico “Transversalidade da Acessibilidade”, propõe-se a criação de um comitê regulador entre os órgãos federais, estaduais e municipais para ditar diretrizes a serem executadas igualmente.

Já nos tópicos “Democratização do acesso”, entendida como acessibilidade universal, e “Acessibilidade Social e Física”, dois eixos que refletem sobre questões similares, tratam das *outras acessibilidades* citadas anteriormente. Pois, ao pensar em ações educacionais, deve-se pensá-las globalmente e não direcionadas apenas a poucos. Para garantir a inclusão das pessoas à margem social e economicamente, os museus devem preparar ações programáticas para diminuir a distância entre os espaços museais.

O desenvolvimento da acessibilidade em museus tem ocorrido em diferentes ambientes, dentro das possibilidades existentes, com muita persistência de poucos pesquisadores e simpatizantes da causa. A inclusão cultural é uma área com potencial significativo que pode trazer inovações para a linguagem e formas de mediação praticadas pelos museus. Mas, para que o efetivo desenvolvimento dessa área seja

¹ Proposta apresentada pela Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais do Rio de Janeiro (REM-RJ). Proposta elaborada em reuniões presenciais que contaram com a participação das seguintes instituições: Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), Centro Cultural da Justiça Federal, Centro Cultural de Folclore e Cultura Popular, Instituto Moreira Sales, Memorial Getúlio Vargas, Fundação Casa de Rui Barbosa, Museu Casa da Hera, Museu Casa do Pontal, Museus Castro Maya – Chácara do Céu, Museu da Marinha, Museu da República, Museu da Vida, Museu de Arqueologia de Itaipu, Museu do Ingá, Museu do Meio Ambiente, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional, Oi Futuro/Museu das Telecomunicações, Núcleo Experimental do Museu de Arte Moderna (MAM-RJ), Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Esta reunião aconteceu no Museu da República.

possível, é necessário que instituições, órgãos culturais e de classe, universidades e espaços de discussão e debate ofereçam mais oportunidades e se envolvam mais com as lutas e conquistas alcançadas; quanto mais pessoas e forças políticas forem envolvidas, melhor e mais qualificado será o crescimento dos estudos e ações referentes à acessibilidade nos museus.

Propostas do Fórum Virtual do PNEM – GT Acessibilidade

DIRETRIZ 1: Realizar ações que tenham por objetivo a democratização do acesso aos museus e o desenvolvimento de políticas de comunicação com os diferentes públicos.

ESTRATÉGIA 1.1: Incentivar a discussão e o conhecimento das normas e políticas acerca da acessibilidade.

Ação 1.1.1: Promover o estudo e a difusão das normas e das políticas acerca da acessibilidade dentro das instituições das diferentes esferas e redes educacionais.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

ESTRATÉGIA 1.2: Estimular a formação da equipe de educação do museu a partir de parcerias com instituições especializadas no atendimento de pessoas com necessidades especiais.

ESTRATÉGIA 1.3: Ampliar os horários de funcionamento dos museus, possibilitando o acesso aos estudantes de cursos noturnos, trabalhadores entre outros.

DIRETRIZ 2: Promover ações educacionais que garantam o acolhimento dos públicos e a acessibilidade social e física ao museu.

Em conformidade com a estratégia 06 da Diretriz 05 do Eixo I do PNSM e com a Carta de Petrópolis (pg. 5)

ESTRATÉGIA 2.1: Planejar as ações socioeducativas, contemplando públicos com reconhecido “distanciamento” dos museus.

Ação 2.1.1: Adequar as atividades educativas ao regramento internacional sobre as pessoas portadoras de deficiência, contribuindo com sua efetivação, rumo à chamada Acessibilidade Universal.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 2.1.2: Desenvolver métodos de comunicação que possam atingir a todos, como legendas, audioguias e *palmtops*, sem desviar a atenção do acervo, complementando informações existentes.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 2.1.3: Criar edital específico para ações educativas museais de acessibilidade.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 2.1.4: Criar uma política de formação de parcerias para promover a produção de materiais de apoio acessíveis, tais como áudio guias, acervo de itens táteis, catálogos e descritores em Braille, vídeos de apoio legendados e possibilidade da presença de tradutores/intérpretes de LIBRAS.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

ESTRATÉGIA 2.2: Promover seminários nacional e internacional sobre acessibilidade.

ESTRATÉGIA 2.3: Estabelecer parcerias com a Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência de modo a otimizar os projetos educativos existentes.

DIRETRIZ 3: Promover a acessibilidade atitudinal e a qualificação daqueles que atuam no museu.

Em conformidade com a Carta de Petrópolis (pg. 5)

ESTRATÉGIA 3.1: Capacitar os funcionários dos museus para lidar com as pessoas com deficiência.

Ação 3.1.1: Criar cursos voltados para a capacitação de funcionários de museus, criando uma integração entre os vários museus.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

DIRETRIZ 4: Implantar mecanismos estruturantes que possibilitem a educação, preservação, proteção, conservação, acesso, fomento e difusão do patrimônio cultural e natural.

[Em conformidade com a Diretriz 02 do Eixo II do PNSM.](#)

Estratégia 4.1: Elaborar diagnóstico referente à acessibilidade nos museus de forma interinstitucional, identificando necessidades específicas de cada unidade museológica, garantindo informações para viabilizar a interação público/museu.

[Em conformidade com a Estratégia 01 da Diretriz 02 do Eixo II do PNSM.](#)

GRUPO DE TRABALHO SUSTENTABILIDADE

O fórum virtual de discussões do Grupo de Trabalho (GT) Sustentabilidade contou com 10 tópicos. Um deles foi lançado pela moderação do Blog do PNEM; sete pela então Coordenadora do GT, Girlene Bulhões; e dois foram incluídos pelos participantes do fórum de discussão.

Assim como os demais Grupos de Trabalho, o GT Sustentabilidade foi iniciado pelo moderador do Blog do PNEM. No âmbito deste fórum, as discussões emanaram do único tópico criado com base na Carta de Petrópolis. Por isso, ressalta-se o papel ativo da Coordenadora do GT na proposição de questões que atravessam o cotidiano dos museus na sua relação com o tema.

Em sua totalidade, o debate contou com nove participantes e produziu 42 postagens. Conforme destacado nas discussões do tema, a incipiente participação pode ser tomada, entre outras razões, como sintomática de um entendimento (ou da falta dele) específico que se tem em relação à sustentabilidade. Reconhece-se, entretanto, a complexidade da temática e as diversas conotações e concepções que o tema assume em nosso meio.

Neste sentido, com o intuito de provocar o debate, a Coordenadora trouxe à tona manchetes de jornais e revistas, levantando temas relativos à sustentabilidade e à questão ambiental.

A discussão em torno do conceito de sustentabilidade no âmbito das políticas públicas relativas a museus foi acalorado. Chegou-se à conclusão de que é necessário que o PNEM estabeleça um referencial teórico em que se apoiem suas proposições. Seguindo esse indicativo dos debates, a equipe do PNEM apresenta um Glossário ao final deste documento, apresentando a conceituação adotada pelo Programa não apenas para o termo sustentabilidade como para outros concernentes às propostas aqui apresentadas.

Debateu-se a necessidade de diferenciação entre sustentabilidade econômica, muito defendida em políticas públicas atuais, e sustentabilidade cultural e social,

sendo esta última considerada como a mais importante a ser implementada em museus.

As polêmicas suscitadas nos debates não impediram que propostas práticas fossem encaminhadas, como a criação de redes de troca referentes a materiais e suportes de exposições, promovendo a economia de recursos, poupando gastos na montagem de exposições.

Foi ainda sugerido que as ações educativas levassem em consideração o uso de materiais recicláveis, utilizando os recursos de forma sustentável. Nesse sentido, apontou-se a importância da inserção da questão ambiental nas temáticas abordadas pelos setores educativos, atentando-se para o fato de que os recursos financeiros são fundamentais para a implementação de projetos sustentáveis – sugerindo-se, inclusive, a criação de editais específicos para o tema.

Após o encerramento do fórum virtual de debates e proposições, seguiu-se o trabalho de sistematização e construção do texto que agora se apresenta.

Inicialmente, discutiu-se a pertinência da continuação deste GT e a possibilidade de distribuição das suas propostas nos demais Grupos de Trabalho. Os Coordenadores, reunidos no Rio de Janeiro, observaram que algumas propostas e debates de diferentes fóruns tinham relação entre si, podendo alguns itens ser transferidos e alocados em outros GTs. Desta forma, foram incorporadas aos debates do GT Sustentabilidade propostas a ele relacionadas e identificadas nos seguintes Grupos de Trabalho: Redes e Parcerias; Perspectivas Conceituais; Museus e Comunidades; Formação, Capacitação e Qualificação; e Profissionais de Educação Museal. Ou seja, apesar de ter gerado poucas diretrizes, estratégias e ações – se comparado a outros Grupos de Trabalho –, é possível perceber que o tema sustentabilidade esteve presente nos demais debates de forma pontual ou embasando proposições, o que justificou a sua permanência entre os fóruns.

As participações no fórum apontaram para a necessidade de continuação dos debates, uma vez que as polêmicas não se encerraram nas discussões no Blog e por ser um assunto ainda novo para a maior parte dos educadores em museus.

Propostas do Fórum Virtual do PNEM – GT Sustentabilidade

DIRETRIZ 1: Promover a compreensão da sustentabilidade a partir de quatro dimensões: ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso.

DIRETRIZ 2: A sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado diz respeito à preservação do meio ambiente, promovendo modos ecologicamente sustentáveis de uso dos recursos, sejam eles naturais ou os materiais de consumo necessários às práticas educativas.

ESTRATÉGIAS 2.1: Inclusão das questões ambientais e de sustentabilidade em editais e normativas da área museal para que essas práticas sejam difundidas entre os profissionais da área.

ESTRATÉGIA 2.2: Criação de redes locais de troca para reaproveitamento dos materiais educativos e dos utilizados para montagens de exposições.

DIRETRIZ 3: Realizar projetos e ações educacionais consonantes com o desenvolvimento sustentável, que respeitem as características, as necessidades e os interesses das populações locais, garantindo a preservação da diversidade e do patrimônio cultural e natural, a difusão da memória sociocultural e o fortalecimento da economia solidária.

[Em conformidade com as Ações da Estratégia 02 do Tema Transversal 04 do Eixo Setorial Museus de História.](#)

ESTRATÉGIA 3.1: Garantir a presença de pessoas do setor educativo em processos de elaboração, montagem e desmontagem de exposições, para pensar não apenas seus aspectos didáticos, como também o reaproveitamento dos materiais com finalidades educativas.

ESTRATÉGIA 3.2: Garantia da participação das comunidades locais nas discussões que envolvem questões territoriais, econômicas, ambientais, para que estas comunidades, mesmo não estando ligadas diretamente aos museus, possam ter nestas instituições um espaço de debate democrático e um suporte para suas ações.

ESTRATÉGIA 3.3: Trazer para dentro dos museus a discussão ambiental, explorando os temas abordados nas exposições sob o olhar ambiental.

Ação 3.3.1: Abordar o processo por que passam as obras de arte até que elas se tornem obras em exposição.

Meta quantitativa:

Meta temporal:

GRUPO DE TRABALHO MUSEUS E COMUNIDADES

O Grupo de Trabalho (GT) Museus e Comunidades foi criado em novembro de 2012 pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC) com o objetivo de viabilizar as primeiras etapas da construção do Programa Nacional de Educação Museal (PNEM). Ao lado de mais outros oito Grupos de Trabalho, congregou debates e propostas sobre o tema e suscitou a criação de dez tópicos de discussão, registrando 85 postagens no fórum virtual do PNEM. Se comparados aos índices gerais de participação no Blog, esses dados sugerem um significativo interesse dos participantes sobre a Educação e suas relações com os museus e as comunidades, pois os números apresentados acima foram superados somente pelos GTs “Profissionais de Educação Museal” e “Perspectivas Conceituais”, os quais contabilizaram mais de uma centena de postagens cada um.²

Um breve exame dessas participações permite identificar o perfil aproximado das pessoas que criaram e/ou debateram os tópicos no GT Museus e Comunidades, evidenciando-se um predomínio de trabalhadores em Educação, tais como educadores que atuam em museus, professores do ensino Fundamental e Médio, arte-educadores e professores universitários. Além disso, colaboraram com as discussões gestores de museus e técnicos da área, bem como estudantes universitários, servidores públicos e membros de iniciativas comunitárias em memória e museologia social.

Durante esses debates, foram relatadas experiências educativas realizadas em museus de vários estados, como no Rio de Janeiro (Museu Casa Quissamã, Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, Museus Castro Maya – Chácara do Céu, que desenvolve os Projetos Letrarte e Circuitos de Santa), em São Paulo (Museu de Ciências e Tecnologia Prof. Dr. Mário Tolentino), no Ceará (Museu da Boneca de Pano, Museu Indígena Kanindé), na Bahia (Museu Regional de Vitória da Conquista), no Piauí (Projeto Reisado – Inhumá), em Minas Gerais (Museu Divino Dias Maciel), no Distrito

² Além dos debates no Blog, o Grupo de Trabalho Museus e Comunidades participou de fóruns presenciais sobre o PNEM organizados ao longo do primeiro semestre de 2013 em parceria com a Rede de Educadores em Museus do Rio Grande do Sul (REM-RS), o Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro, o Centro Acadêmico de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia e a Comissão Organizadora do Primeiro Encontro de Estudantes de Museologia do Rio Grande do Sul.

Federal (Museu Virtual de Ciências e Tecnologia da Universidade de Brasília), em Santa Catarina (Museu de Arte de Joinville) e no Rio Grande do Sul (Museu Paulo Firpo, Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro).

Percebe-se que os estudantes estão entre o público alvo desses projetos, mas por outro lado, as ações educativas desenvolvidas evidenciam que os museus têm ampliado suas práticas sociais e, com isso, já não podem ser definidos como simples auxiliares do ensino ministrado nas escolas e da formação de jovens e adultos.

Sem relegar o acervo institucional a um segundo plano, projetos inovadores vêm sendo concebidos e executados de modo a mobilizar as potencialidades educativas e culturais do acervo do museu, multiplicando as possibilidades de ações relacionadas à paisagem, ao território, às tradições, aos costumes e às identidades. Desse modo, as experiências referidas no Blog do PNEM reafirmam a concepção de que os museus atuais podem ser espaços plurais e multidisciplinares, capazes de realizar processos educativos que reconhecem a diversidade cultural das comunidades e, ao mesmo tempo, valorizam suas diversas expressões artísticas, tais como a dança, a música, o teatro, a poesia, o cinema e as artes plásticas.

Coerentes com essa tendência, as participações no fórum virtual do GT Museus e Comunidades também traduzem aspirações que visam estender significativamente o raio de ação dos museus, impulsionando-os a estabelecer redes de parcerias com escolas, associações e iniciativas comunitárias.

Para que esse trabalho em rede se torne uma realidade palpável, foi proposto que as políticas públicas estejam cada vez mais voltadas para o estímulo de um amplo leque de ações educativas que valorizem o patrimônio dos grupos sociais em que os museus se inserem, maximizando a produção cultural das comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e de outros grupos não hegemônicos, colaborando para o protagonismo comunitário e para a igualdade durável na conquista, manutenção e exercício de direitos essenciais ao ser humano, como é o Direito à Memória.

Com isso, se busca igualmente a criação e o aperfeiçoamento de novas metodologias de trabalho que considerem o patrimônio cultural das comunidades como um importante fator do seu próprio desenvolvimento e do exercício da cidadania, respeitando a riqueza e diversidade étnica e cultural dos grupos historicamente excluídos.

Nessa perspectiva, um dos pontos altos dos debates realizados no Blog do PNEM foram as reflexões acerca do conceito de *comunidade*, tendo em conta recentes produções sobre o tema, bem como Decretos e Leis vigentes no território brasileiro que asseguram o Direito à Memória das comunidades indígenas, afro-brasileiras e periféricas.³

A fim de melhor assentar os termos empregados na discussão e as próprias diretrizes de ação daí resultantes, foi proposto que, no âmbito desse GT, *comunidade* seja compreendida como grupo ou grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade social unidas por vínculos históricos relacionados a aspectos territoriais, étnicos, culturais e/ou de gênero, em especial quando movidas ou organizadas em prol da defesa e promoção do Direito à Memória e à História, assim como a outros tópicos dos Direitos Humanos e Culturais.

Ressalta-se que o conceito apresentado acima foi construído por membros das próprias comunidades que realizam iniciativas em memória e museologia social, considerando que os processos de exclusão social e de luta por direitos humanos e culturais constituem referenciais básicos para a sua (auto) definição como indivíduos pertencentes a um grupo determinado.⁴ No entanto, esse conceito gerou algumas divergências entre os participantes do fórum e houve quem ponderasse sobre suas eventuais restrições. Para os seus críticos, outros sentidos deveriam ser atribuídos à noção de comunidade, de modo a abarcar todo o tipo de diversidade possível que possa conviver no entorno dos museus. Assim, a vulnerabilidade social e o seu

3 Como exemplos, podem ser citados os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal, o Estatuto da Igualdade Racial; o Decreto nº 5.051/2004, que ratifica a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais; o Decreto Legislativo 485/2006, que ratifica a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais; o Decreto Lei de Diretrizes e Bases da Educação; e, em especial, as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

4 Carta das Missões. São Miguel das Missões, 25 de agosto de 2012. In: II ENCONTRO DA REDE DE PONTOS DE MEMÓRIA E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS EM MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL DO RIO GRANDE DO SUL (REPIM-RS). Em 25 de agosto de 2012, em São Miguel das Missões, ocorreu o II Encontro da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social do RS (REPIM-RS). Formada por integrantes comunitários e acadêmicos, a Rede, conforme Baptista (2012), discutiu uma série de princípios que foram elencados em três encontros anteriores: a I Reunião da Rede de Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias, realizada em 24 de julho na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), o Simpósio Temático nº 02 do Encontro Estadual da ANPUH - 2012, e o GT-Pontos de Memória ocorrido no Conexões Ibram, em Porto Alegre, realizado entre os dias 21 a 23 de agosto de 2012. Ao reunir ativistas da museologia social, a Carta das Missões apresenta importantes prerrogativas sobre o trabalho de memória entre comunidades. A carta encontra-se disponível no site da Rede: <http://www.redepontors.blogspot.com.br/p/carta-das-missoes.html>.

enfrentamento coletivo pelos grupos por meio de lutas pelo direito à memória não constituiria, necessariamente, um dos elementos centrais da definição a ser empregada no que tange às comunidades.

As reflexões em torno do conceito de *comunidade* certamente não se esgotaram nos limites desse GT e deverão ter prosseguimento ao longo do processo de construção do PNEM, aprofundando o debate em torno dessa elaboração conceitual específica que traz consigo evidentes implicações políticas e envolve outros temas estratégicos ao campo da Educação em museus, como *memória* e *poder*.

Diante desse desafio e de tantos outros que ainda deverão ser enfrentados para a consolidação do PNEM, registra-se um agradecimento especial para cada participante e articulador que colaborou com as discussões e propostas encaminhadas por meio do Blog e dos fóruns presenciais, apostando nas potencialidades dessa metodologia participativa e colaborativa durante a formulação de políticas públicas para os museus e comunidades de um país de dimensões continentais como o Brasil.

Propostas do Fórum Virtual do PNEM – GT Museus e Comunidade

DIRETRIZ 1: Promover ações museológicas que preservem e divulguem o patrimônio cultural das comunidades em que os museus se inserem, maximizando a produção cultural das comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e outros grupos não hegemônicos, colaborando para uma igualdade durável no acesso aos bens sociais e culturais.

Em conformidade com a Diretriz 03 do Eixo I do PNSM e com o Art. 29 do Estatuto de Museus.

ESTRATÉGIA 1.1: Promover atividades em grupo para o debate acerca da construção, relações e reconhecimento dos saberes e fazeres das comunidades em consonância com as suas necessidades e demandas.

Ação 1.1.1: Realizar encontros com a comunidade local, assim como oficinas que favoreçam relatos da História Regional.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 1.1.2: Garantir recursos financeiros para realização de encontros presenciais que versem sobre os temas Museus, Comunidades e Educação, propiciando a ampla participação de representações das comunidades.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

ESTRATÉGIA 1.2: Ressaltar e valorizar a importância do patrimônio imaterial das comunidades.

DIRETRIZ 2: Promover a democratização da instituição museológica, dos sistemas e das redes museais por meio da participação comunitária e de projetos e ações extramuros, visando à interação com os diversos grupos sociais, étnicos, tradicionais, populares e outros.

[Em conformidade com a Diretriz 05 do Eixo I do PNSM.](#)

ESTRATÉGIA 2.1: Integrar o museu à comunidade local, divulgando as atividades educativas, utilizando uma linguagem direta e simples que possa sensibilizar todos os públicos.

Ação 2.1.1: Realizar encontros que abordem a arte e a produção cultural contemporânea, em suas relações com a história, memória, patrimônio das comunidades.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

ESTRATÉGIA 2.2: Desenvolver projetos e ações com possibilidades e perspectivas múltiplas, tendo em vista que o museu é um local interdisciplinar e que abrange, em seu contexto, diversas visões históricas, artísticas, religiosas, étnicas, políticas entre outros.

Ação 2.2.1: Investigar as diversas realidades e peculiaridades das comunidades no planejamento das ações educativas.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 2.2.2: Realizar reuniões periódicas, diagnósticos e pesquisas que embasem a atuação dos profissionais dos museus junto às comunidades, respeitando o interesse e as demandas das comunidades.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

ESTRATÉGIA 2.3: Fomentar, por meio das ações educativas e culturais, a apropriação dos instrumentos de pesquisa, documentação e difusão das manifestações culturais populares por parte das comunidades que as abrigam, estimulando a autogestão de sua memória.

Ação 2.3.1: Realizar ações educativas, como as chamadas “Rodas de Memória”, valendo-se de recursos metodológicos, como a História Oral, com o objetivo de reconhecer, promover e valorizar os membros mais antigos das comunidades vinculadas ao museu e suas temáticas.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

DIRETRIZ 3: Promover ações de educação para o patrimônio, voltadas para a compreensão e o significado do patrimônio e da memória coletiva, em suas diversas expressões, como fundamento da cidadania, da identidade e da diversidade cultural.

ESTRATÉGIA 3.1: Expandir as ações educativas para os espaços comunitários, reconhecendo territórios e práticas cotidianas, explorando os bairros e suas histórias, inventariando objetos e práticas que ajudem a compreender e difundir a memória social local.

Ação 3.1.1: Fomentar a elaboração e execução de projetos relacionados ao turismo comunitário, com base na metodologia de inventário participativo, valorizando a cultura e o patrimônio vivos dos moradores e demais membros das comunidades.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

ESTRATÉGIA 3.2: Desenvolver ações educativas capazes de promover melhorias na qualidade de vida dos envolvidos, que contribuam para a reflexão, conscientização e construção do pensamento crítico.

Ação 3.2.1: Promover pesquisas e ações educativas com foco na cultura lúdica da infância, com o objetivo de garantir o reconhecimento das crianças como produtoras e preservadoras de uma parte importante da memória coletiva da comunidade em que se inserem, observando a pertinência de documentar, investigar, sistematizar e comunicar estas experiências.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 3.2.2: Realizar ações educativas direcionadas à comunidade interna dos museus, tendo em vista o desenvolvimento pessoal e profissional deste grupo, a partir dos conceitos de cultura, identidade e memória.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

Ação 3.2.3: Criar espaços para debates sobre patrimônio integral nos museus tendo em vista as desapropriações e especulação imobiliária das cidades modernas.

Meta quantitativa:

Meta Temporal:

DIRETRIZ 4: Implantar políticas públicas que contemplem e valorizem de forma igualitária ações representativas da diversidade cultural brasileira.

[Em conformidade com a Diretriz 13 do Eixo I do PNSM.](#)

ESTRATÉGIA 4.1: Implementar a Convenção da Diversidade Cultural por meio de ações sócio-educativas nas diversas linguagens culturais (literatura, dança, teatro, memória e outras) e nas linguagens específicas próprias dos povos e culturas tradicionais, conforme o Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, dirigidas a públicos específicos: crianças, jovens, adultos, melhor idade.

[Em conformidade com a Estratégia 01 da Diretriz 13 do Eixo I do PNSM.](#)

DIRETRIZ 5: Fomentar ações educativas, a partir do conceito de patrimônio integral, voltadas para a promoção da cidadania e ação social.

Em conformidade com a Diretriz 01 do Eixo II do PNSM.

ESTRATÉGIA 5.1: Implantar cursos e atividades de caráter permanente nos museus voltados para a formação de cidadãos como agentes da preservação do patrimônio material e imaterial, instituído e por instituir.

Em conformidade com a Estratégia 01 da Diretriz 01 do Eixo II do PNSM.

DIRETRIZ 6: Fomentar a relação museu-comunidade, por meio do incentivo à criação de museus dedicados à memória.

Em conformidade com a Diretriz 10 do Eixo II do PNSM.

ESTRATÉGIA 6.1: Estimular as comunidades a conhecer, recuperar e preservar seu patrimônio cultural.

Em conformidade com a Estratégia 01 da Diretriz 10 do Eixo II do PNSM.

Ação 6.1.1: Criar programas de educação patrimonial – presenciais e a distância - nas comunidades, para a fundação dos museus comunitários, numa parceria MinC, MEC, secretarias estaduais de cultura e educação.

Em conformidade com as Ações da Estratégia 01 da Diretriz 10 do Eixo II do PNSM.

GRUPO DE TRABALHO COMUNICAÇÃO

O Grupo de Trabalho (GT) Comunicação foi implementado de forma diferenciada dos outros GTs do PNEM: não fez parte dos fóruns de discussão virtuais do Blog do PNEM, surgindo durante o Encontro de Coordenadores dos GTs realizado no Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, entre os dias 6 e 8 de agosto de 2013. Desta forma, é necessária uma análise distinta dos demais fóruns.

Pode-se encontrar uma das origens das discussões sobre Comunicação na Carta de Petrópolis, documento redigido ao final do I Encontro de Educadores do Ibram, que tinha como objetivo apontar subsídios para a construção de uma política nacional de educação museal.

Na oportunidade, foram levantados três tópicos em um eixo chamado “Comunicação, Criação e Desenvolvimento de Redes”, que são:

- Estimular a promoção e a difusão do conhecimento produzido na área educacional do museu;
- Estimular a criação de redes de informação e de interação entre o museu e a sociedade, a partir de variadas iniciativas, tais como a criação de blogs dos educadores, criação de boletins informativos, a promoção de encontros periódicos de educadores de museus, entre outras;
- Propiciar o intercâmbio de repertório teórico e das práticas educacionais intra e interinstitucionais.

Apesar de não constar como fórum virtual nas discussões abertas no Blog do PNEM, o tema Comunicação ganhou destaque em diversos tópicos de outros Grupos de Trabalho, provocando novos debates e perspectivas que mostraram a pertinência da criação deste GT.

Desta forma, durante o I Encontro de Coordenadores de GTs, após análise da quantidade e da particularidade de questões relativas à Comunicação presentes em outros fóruns, os Coordenadores apontaram a necessidade de criação de um novo GT exclusivo para Comunicação, sendo assim capaz de suprir as demandas apresentadas.

Ao final do encontro, este novo GT foi criado, ficando sob a responsabilidade do Técnico em Assuntos Educacionais do Museu Histórico Nacional, Diogo Tubbs, que na ocasião, participou da organização e do Encontro em si.

Uma breve análise dos Grupos de Trabalho presentes no Blog do PNEM indica que foram levantadas 26 referências que a equipe do PNEM entendeu como sendo relacionadas ao tema Comunicação, distribuídas em seis dos nove GTs. Foram estes: Redes e Parcerias, Gestão, Perspectivas Conceituais, Estudos e Pesquisas, Profissionais de Educação Museal e Formação, Capacitação e Qualificação.

Esses dados justificaram a criação de mais um GT, possibilitando um olhar específico sobre o assunto que, ao retornar para os encontros estaduais, possa promover debates mais específicos que gerem contribuições, sugestões e propostas para o tema.

Com relação ao conteúdo dos debates sobre Comunicação, pode-se identificar três assuntos predominantes:

1. Disponibilização e publicização da memória de ações educativas;
2. Utilização de mecanismos e ferramentas virtuais que incentivem o diálogo direto com o público;
3. Difusão das perspectivas profissionais da educação museal nos espaços de formação acadêmica.

No que diz respeito ao primeiro assunto, ficou muito clara a preocupação dos participantes do Blog em tornar públicas as ações educativas desenvolvidas pelos museus, tendo como objetivo não somente sua apresentação, mas também a avaliação e o debate acerca dos projetos apresentados. Outra preocupação evidenciada foi o desejo de que essa comunicação seja realizada por meios virtuais (blogs, mídias sociais, sites, etc.) e por meio físico (revistas, livros e publicações em geral).

Tendo em vista esse tópico, a equipe do PNEM inaugurou em seu Blog, no dia 10 de setembro de 2013, o Banco de Projetos Educativos em Museus que, na data de realização deste texto, já contava com mais de 50 projetos de 24 instituições de 8 diferentes estados.

O segundo assunto apresentou um debate interessante acerca da relação entre os educadores e as novas tecnologias. Nas discussões ficou evidenciada a necessidade

de incorporar essas tecnologias de modo a criar uma forma de diálogo direto com o público em geral, além de promover plataformas educativas em formato digital com intuito de interagir, principalmente, com as futuras gerações.

A última indicação apresentada no item 3, tem como foco a necessidade de divulgação em meios acadêmicos da diversidade das carreiras presentes no campo da educação museal, apresentando aos alunos oportunidades para atuar, pesquisar e promover a educação não formal em espaços de educação museal.

Assim, partindo desse desenho inicial de debates, o GT Comunicação propõe algumas diretrizes, estratégias e ações coerentes com o conjunto de propostas que compõem os demais GTs, esperando que as discussões não se encerrem aqui, mas que sejam apenas o início de uma construção participativa e coletiva.

Propostas do Fórum Virtual do PNEM – GT Comunicação

DIRETRIZ 1: Comunicar o resultado dos processos de preservação, arquivamento, sistematização e inventário da documentação e da memória das ações educativas para disponibilizá-las a pesquisadores, e demais interessados.

[Em conformidade com a Estratégia 02 da Diretriz 09 do Eixo I do PNSM e com a Carta de Petrópolis \(pg. 5\)](#)

ESTRATÉGIA 1.1: Registrar as ações desenvolvidas como uma forma de avaliação e divulgação de sua produção.

Ação 1.1.1: Criar e manter canais virtuais como incentivo à troca de experiências e à colaboração entre os educadores de museus de todo o país, divulgando modelos de inventários das ações educativas para análise pública e posterior avaliação das diferentes iniciativas, permitindo dar início às ações de pesquisa e atividades em comum, presencial e virtualmente.

Meta quantitativa:

Meta temporal:

Ação 1.1.2: Publicar uma revista sobre educação museal para troca de ideias e informações sobre a área, elencando estratégias de distribuição para escolas e universidades, outros museus, bibliotecas e instituições afins.

Meta quantitativa:

Meta temporal:

DIRETRIZ 2: Utilizar mecanismos e ferramentas virtuais que incentivem e ampliem a troca de informações e de experiências entre museu e público.

ESTRATÉGIA 2.1: Utilizar os meios digitais e, sobretudo, a internet, nas ações educativas de museus, de modo a formar novos vínculos com o público jovem e demais públicos, apoiando o próprio museu na formação de novos públicos.

ESTRATÉGIA 2.2: Usar aplicativos, redes sociais, blogs, *games* e *softwares* interativos como ferramentas que conciliem os objetivos de divulgação e de educação das instituições.

Ação 2.2.1: Investir em sites que ultrapassem as informações convencionais básicas e criem atividades virtuais interessantes, inovadoras, lúdicas, interativas, de baixo custo e condizentes com a diversidade virtual disponível na rede.

Meta quantitativa:

Meta temporal:

DIRETRIZ 3: Difundir nos espaços de formação acadêmica e nas agências de integração (ex: CIEE, IEL, MUDES) as perspectivas profissionais existentes para quem queira atuar, pesquisar e promover a educação museal.

ESTRATÉGIA 3.1:

Ação 3.1.1: Publicizar o planejamento e resultados dos projetos e ações educativas dos museus.

Ação 3.1.2: Divulgar as ações educativas na mídia.

DIRETRIZ 4: Promover e garantir a identificação e o registro de memórias, manifestações culturais, saberes e fazeres dos diferentes segmentos sociais, priorizando pequenas comunidades com ênfase na cultura étnica e popular e comunidades indígenas e afrodescendentes, valorizando o patrimônio imaterial brasileiro.

Em conformidade com a Diretriz 09 do Eixo I do PNSM.

ESTRATÉGIA 4.1: Promover a difusão da produção simbólica regional e nacional dos museus e espaços de memória.

Em conformidade com a Estratégia 02 da Diretriz 09 do Eixo I do PNSM.

Ação 4.1.1.: Viabilizar campanhas educativas nos meios de comunicação (rádio, jornal e televisão).

Em conformidade com a Ação da Estratégia 02 da Diretriz 09 do Eixo I do PNSM

TEXTO DE APOIO 1

POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM MUSEUS Luciana Conrado Martins*

Compreender o papel de uma política de educação em museus é, antes de tudo, compreender o papel dessa prática, tanto para as próprias instituições museais, quanto para as sociedades nas quais se encontram inseridas.

Historicamente, a educação em museus remete ao final do século XVI, quando do surgimento de coleções particulares parcialmente abertas à visitação. Abt (2006), a esse respeito, aponta a estreita relação entre a formação de coleções para fins de exposição e a realização de atividades educacionais, como o estudo e a pesquisa desses objetos, além de visitas “guiadas”, já nesse período. Essa lógica perdurou ao longo de mais de três séculos, nos quais a conexão dos museus com a produção de conhecimento científico em áreas específicas se intensificou¹. Conexão essa, reforçada com a chegada dessas instituições às universidades e com a utilização das coleções museais para o ensino (SCHAER, 1993).

O que é importante salientar desses primórdios são dois aspectos fundamentais. O primeiro é a evidente relação entre os museus e as práticas educacionais: além de objetos de conexão entre o visível e o invisível, nos dizeres de Pomian (1983), os objetos são fonte de conhecimento, ao se prestarem tanto à

* **Luciana Conrado Martins** cursou história e fez mestrado e doutorado em educação na USP. Realizou cursos de especialização em museologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e na Universidad de Valladolid, Espanha. Começou sua atuação em museus como educadora. Atuou como diretora no Museu Histórico de São Carlos (SP) e coordenadora do Núcleo de Difusão do Conhecimento do Instituto Butantan (SP). Atualmente é sócia e diretora da Percebe, pesquisa, consultoria e treinamento educacional (www.percebeeduca.com.br).

¹ Como consequência está a contribuição inequívoca dessas instituições na conformação das disciplinas científicas modernas como a História, a Geologia, a Paleontologia, a Biologia e a Antropologia (LOPES, 1997; 2009; VAN PRAËT, 1995).

pesquisa quanto ao ensino. O segundo é fruto de uma reflexão sobre o papel da educação em museus na contemporaneidade. Se é verdade que podemos perceber uma continuidade na função educacional dos museus – as coleções, ainda na contemporaneidade, são material de investigação de inúmeras disciplinas acadêmicas – também podemos perceber rupturas e diferentes significados atribuídos e, principalmente, disputados, sobre o que é, e o que deve ser, a educação nos museus na atualidade.

Mais uma vez volto meu olhar para o passado, tentando lançar luz sobre essa questão. Já no século XIX a função educacional dos museus os coloca como locais preferenciais para a instrução pública e a formação do gosto. “Perseguindo o ideal democrático [...], o museu do século XIX pretendia ser um espaço pedagógico de vulgarização, de difusão e de aculturação inserido num esforço geral de modernização da sociedade” (SEPULVEDA, 2001, 2002, p. 21). Essa preocupação, entretanto, adquiriu características diversificadas naquele período, coexistindo instituições voltadas à difusão da cultura clássica para as classes abastadas e museus preocupados com a instrução popular.

É também em meadas do século XIX que surgem, pela primeira vez dentro dessas instituições, os chamados setores educativos, voltados ao atendimento dos públicos escolares e trazendo para a linha de frente dessas instituições um novo gênero profissional: o educador de museus.

Ao longo do século XX o papel que as ações educacionais passaram a desempenhar nos museus cresce de forma inegável. Sob os auspícios de novas práticas museais, denominadas por muitos autores como uma nova museologia (DESVALLÉES, 1992), o público, e suas necessidades, passaram a ser o foco das instituições museais, mais do que as coleções ou a pesquisa. Nesse cenário, as práticas de educação adquiriram grande importância, fazendo com que a função dos profissionais por elas responsáveis se expandisse além do papel de visitas guiadas para escolares e passasse, em muitas instituições, a englobar uma série de atividades relacionadas com o público, como concepção de exposições, treinamento de professores, estudos de público, ações comunitárias, administração do trabalho de voluntários e captação de recursos (ROBERTS, 1997).

Essa situação, aparentemente favorável à diversificação e ampliação das práticas educacionais nos ambientes museais, não é, entretanto, consensual em todos os tipos de museu. A educação é vista, muitas vezes, como um dos “aspectos polêmicos” da instituição museal, por ser derivada de um movimento interno aos museus em que as funções de coleta e pesquisa, que historicamente constituíram essas instituições, se contrapõem àquelas, mais recentemente valorizadas, de atuação junto aos diferentes públicos. Essa nova perspectiva de atuação, gera o que Valente denomina de um “desconforto no cotidiano institucional”.

Muitos são os casos em que não se reconhece, por exemplo, a educação como um conceito amplo, sendo visto, de maneira geral, pelo ponto de vista do senso comum. Nessa ótica é reconhecida como exclusivamente vinculada ao ensino e à escola, que por sua vez, também é vista como hierarquicamente desvalorizada. (VALENTE, 2008, p. 30).

Esse ponto de vista sobre o desprestígio da educação nos museus é corroborado por Seibel-Machado (2009) e traz para o centro do debate a dimensão e o papel que a educação deve assumir em uma instituição museal².

Buscando colaborar para essa discussão, trago a assertiva de Hooper-Greenhill (1994), que parte da premissa de que o papel dos museus é definido a partir de uma inequívoca vocação educacional: os museus só justificam sua existência no mundo contemporâneo devido à sua capacidade de educar suas audiências. Nesse mesmo sentido, cabe trazer os dados de pesquisas sobre público espontâneo, que evidenciam que grande parte da motivação dos visitantes para a frequência a museus envolve fins educacionais e de aprendizagem (ALMEIDA, 2004 ; MCMANUS, 2013).

Sem querer submeter as instituições museais à “ditadura” das audiências, é importante considerar que os museus têm um papel público a desempenhar, e que esse papel envolve a transformação cognitiva de seus visitantes em relação ao

² Outro aspecto dessa discussão é o denominado processo de “escolarização dos museus”. A expressão, cunhada por Lopes (1988), aponta a existência de uma profunda separação entre os pesquisadores/curadores, responsáveis pelo cuidado e geração de conhecimentos a partir das coleções, e os educadores, responsáveis pela “lida” com o público. Sendo vistos e se vendo como tradutores, mediadores, do saber do especialista para o saber do leigo, os educadores ficariam sempre na posição subalterna de “receber” o conhecimento para “traduzi-lo” para o público. Percebo a “escolarização dos museus” também como uma consequência da pouca reflexão acerca da especificidade da educação museal (MARTINS, 2011).

patrimônio por eles preservados. Ou seja, queremos, em alguma medida, que os museus promovam a construção de sentimentos de pertencimento em relação ao patrimônio coletado, pesquisado, conservado, gerido e documentado por essas instituições. Nesse mesmo sentido, também queremos escutar os desejos do público, tornando-os parceiros nessa árdua tarefa de manter estruturas preservacionistas museais³.

Essa “missão” comum adquire nuances distintas e é desenvolvida por meio de diferentes práticas, conforme o perfil do museu. O que não pode ser negado é que a relevância institucional dos museus está vinculada a uma maior abertura às aspirações, necessidades e desejos dos seus públicos e que essas “vontades” tem uma forte motivação educacional.

Trazer a missão educacional para a linha de frente das instituições museais é, portanto, uma atitude coerente com um projeto organizacional que vê nos museus a possibilidade de atuar de forma positiva na transformação das sociedades. Considero que é por meio, principalmente, das ações educacionais que os museus darão sentido à missão de serem locais de valorização, preservação e fruição do patrimônio cultural brasileiro, apontados pela Política Nacional de Museus, como “dispositivos de inclusão social e cidadania” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003). A educação em museus deve, nesse sentido, ser não somente o motor dessa valorização do patrimônio perante à sociedade brasileira, como também o vetor de uma real participação social nos rumos dos processos preservacionistas museais.

É por conta dessa constatação que vejo a necessidade da construção de uma política de educação em museus, como resultado de um processo de tomada de decisões coletivas que “[...] prioriza setores e estabelece a integração que manterão entre si, em um determinado marco teórico, histórico e espacial.” (CURY, 2001). A importância dessa assertiva está justamente na definição por uma política e não por um programa de educação em museus. Isso porque os programas têm, antes de tudo, um caráter operacional da política, estabelecendo as prioridades nas intervenções, o

³ É o que na área de gestão social se denomina de “bem comum”, implicando em uma perda de liberdade decisória das instituições. O que antes era decidido apenas de acordo com os interesses estratégicos da instituição hoje deve incorporar elementos provenientes da sociedade (CURTY, 2001).

ordenamento dos diferentes projetos, as parcerias internas e externas e a alocação dos recursos. Esses aspectos são absolutamente necessários em etapas posteriores de implementação mas, antecedendo a eles, está justamente a estruturação de uma política para a educação em museus. É por meio dessa política que poderão ser discutidos e estruturados os princípios gerais e as diretrizes de ação para essa área. Estabelecer a política é, portanto, o passo direcionador de uma cadeia na qual a discussão e a construção de consensos serão a tônica. Posteriormente a estruturação de um plano⁴ e de seus programas⁵ de implantação contemplarão as especificidades e as necessidades de cada instituição, bem como ao diálogo com seus públicos e não-públicos (CÂNDIDO, AIDAR e MARTINS, 2013). A política constitui-se, assim, como o viés norteador daquilo que se conformará em ações passíveis de discussões e modificações ao longo de todo o processo.

Vejo aí uma excelente oportunidade para o fortalecimento do profissional da educação em museus. São os educadores de museus, produtores originais dos textos pedagógicos dessas instituições, além de responsáveis pela sua recontextualização pedagógica⁶ nas práticas educacionais museais (MARTINS, 2011), os atores privilegiados desse processo. Em estudo recente, confirmo que a perspectiva inclusiva e de diálogo com todos os tipos de público – expressa nas políticas públicas para museus do Instituto Brasileiro de Museus e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação⁷ – é, nos museus, encabeçada pelos setores educacionais dessas instituições (MARTINS, 2011). Sendo assim, esses profissionais têm na estruturação de uma política de educação em museus a oportunidade de não somente trazerem para o debate público a missão educacional dos museus na contemporaneidade, como se

⁴ De acordo com Cury (2001, p. 40), "em um plano, os problemas são selecionados, estabelecendo-se áreas de concentração, e para essas áreas elaboram-se programas que, não raro, derivarão em projetos."

⁵ Cury (2001, p. 40), define programa como "um conjunto de projetos que buscam os mesmos objetivos. Ele estabelece as prioridades nas intervenções, ordena os projetos e aloca os recursos setorialmente."

⁶ Entendemos os textos pedagógicos e os processos de recontextualização pedagógica de acordo com a teoria de funcionamento do dispositivo pedagógico de Bernstein. Para maiores detalhes ver Martins (2011).

⁷ O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é responsável por editais de fomento para museus de ciência e tecnologia.

tornarem articuladores principais de um projeto político no qual essas instituições assumem uma relevância social inquestionável.

As atuais linhas de discussão da educação em museus – perspectivas conceituais; gestão; profissionais de educação museal; formação, capacitação e qualificação; redes e parcerias; estudos e pesquisas; acessibilidade; sustentabilidade; museus e comunidade – dão a dimensão da riqueza de possibilidades para a estruturação de uma política que posteriormente se transforme em uma agenda política para a área. Agenda essa que, construída coletivamente, gere programas que façam da educação a prioridade das instituições museais.

Luciana Conrado Martins

São Paulo, outubro de 2013.

REFERÊNCIAS

ABT, Jeffrey. The origins of the public museum. In: MACDONALD, S. A companion to museum studies. Carlton (Australia): Blackwell, p. 115-134, 2006.

ALMEIDA, Adriana Mortara. Os visitantes do Museu Paulista: um estudo comparativo com os visitantes da Pinacoteca do estado e do Museu de Zoologia. Anais do Museu Paulista. N. Sér. v. 12, jan./dez., 2004, p. 269-306.

CÂNDIDO, Manuelina Ma. Duarte; AIDAR, Gabriela; MARTINS, Luciana Conrado. The museum experience: discussion on the relationship between contemporary museums and their visitors. ICOFOM Study Series, n. 42, July, 2013, p. 50-58.

CURTY, Ana Luisa. Administração em organizações de produto social: articulações possíveis. In: ÁVILA, Célia M. (Coord.). Gestão de projetos sociais. São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001, p. 19-36.

CURY, Thereza Christina Holl. Elaboração de projetos sociais. In: ÁVILA, Célia M. (Coord.). Gestão de projetos sociais. São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001, p. 37-58.

DESVALLÉES, André. Vagues: une anthologie de la nouvelle museologie, Paris: W.M.N.E.S., 1994.

HOOPER-GREENHILL, Eileen. Education, communication and interpretation: towards a critical pedagogy in museums. In: The educational role of the museum. London: Routledge, p. 3-25, 1994.

LOPES, Maria Margaret. O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Museu: uma perspectiva de educação em geologia. Campinas, 1988. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1988.

MARTINS, Luciana Conrado. A constituição da educação em museus: o funcionamento do dispositivo pedagógico museal por meio de um estudo comparativo entre museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MCMANUS, Paulette. Educação em museus: pesquisas e prática. São Paulo: FEUSP, 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania. Brasília, DF: MinC, 2003.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi, 1983.

ROBERTS, L. C. From knowledge to narrative : educators and the changing museum. Washington, London: Smithsonian Institution Press, 1997.

SCHAER, R. L'invention des musées. Paris : Gallimard, 1993.

SEIBEL-MACHADO, M.I. O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987 a 2006) e a experiência do Museu da Vida. Campinas, 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SEPULVEDA K., L. A parceria educativa: o exemplo francês. In: CADERNOS DO MUSEU DA VIDA O formal e o não-formal na dimensão educativa do museu. Rio de Janeiro: Museu da Vida/ Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2001, 2002, p.70-79.

VALENTE, Maria Esther. Museus de Ciências e Tecnologia no Brasil: uma história da museologia entre as décadas de 1950-1970. Campinas, 2008. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

VAN-PRÄET, M. Les expositions scientifiques, “miroirs épistemologiques” de l'évolution des idées en sciences de la vie. In: Bulletin d'histoire et d'épistémologie des sciences de la vie. Société d'Histoire et d'Épistémologie des Sciences de la Vie, V. 2, n. 1, p. 52-69, 1995.

GLOSSÁRIO

Este glossário tem como objetivo esclarecer termos utilizados no presente documento, de uso na legislação e políticas atuais, na bibliografia dos campos dos museus e da educação e alguns termos inéditos que serão aqui definidos a partir dos debates ocorridos no Blog do PNEM e entre a equipe de Coordenadores do Programa, de modo a melhor promover o desenvolvimento da construção desta importante ferramenta.

Deste modo, apresentam-se breves definições e, quando possível, referências nas quais se podem encontrar maiores informações.

Acessibilidade Física - Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliário, equipamento urbano, serviços e produtos.

Acessibilidade Universal - O acesso, a participação, o entendimento e o convívio entre todas as pessoas devem considerar as esferas: física, intelectual, cognitiva e atitudinal.

Ação Educativa – Ação que produz interfaces entre os diferentes processos museais, tais como a pesquisa, a conservação, a preservação e a comunicação, prevenindo a dissociação entre meios e fins nas ações museais e contribuindo para a integração entre museu e sociedade.

Referência: SANTOS, Maria Célia. *Museus e educação: conceitos e métodos*. Disponível em:

<http://pt.scribd.com/doc/164917226/SANTOS-Maria-Celia-Museus-e-Educacao>

Atividade Educativa – Ação educativa pontual que pode ser desenvolvida em projetos educativos, ações continuadas, esporádicas ou realizadas por demanda.

Audiodescrição - Recurso de acessibilidade que permite que as pessoas com deficiência visual possam assistir e entender melhor filmes, peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas e demais manifestações e recursos visuais, por meio da tradução de imagens em textos descritivos.

Barreiras atitudinais - Preconceitos, estigmas e estereótipos, que resultam em discriminação das pessoas com deficiência.

Comunidade - Comunidade pode ser entendida como uma unidade dinâmica, onde se destacam os fatores de relacionamento, de delimitação geográfica e de função. As categorias de relações na comunidade se referem àqueles vínculos básicos que correspondem aos laços mais resistentes na rede de relações, como a família, o trabalho e a vizinhança. A dimensão da comunidade em relação ao espaço físico se fundamenta na importância que a proximidade geográfica tem para motivar a aglutinação, em face de determinados tipos de relações e atividades, visto que na sociedade moderna uma grande parte dos contatos sociais é desenvolvida fora do círculo de vizinhança. Ressalta-se, por fim, que a 'função' se refere ao papel relativo desempenhado pela unidade social perante as unidades circundantes.

Referência: SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Encontros Museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. RJ: MInC/IPHAN/DEMU, 2008, p.33.

Desenho Universal - É criação de ambientes, produtos e serviços acessíveis para todas as pessoas, independente de suas características pessoais, idade, ou habilidades. O conceito de Desenho Universal defende que qualquer ambiente ou produto pode ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do tamanho do corpo do indivíduo, sua postura ou sua mobilidade.

Educação formal – Sistema institucionalizado que é cronologicamente graduado, hierarquicamente estruturado, se estendendo da Educação Infantil à Pós Graduação. Ocorre nos espaços escolarizados, e se dá de forma intencional, com objetivos determinados. Tem reconhecimento oficial, é oferecida nas escolas, em cursos com níveis, graus, programas, currículos e diplomas. Pode ser definida ainda como Educação Escolar, Educação Tecnológica, Educação Científica.

Referência: GASPAR, Alberto. *A educação formal e a educação informal em ciências*. Disponível em: <http://tinyurl.com/lq7m3lg>

Educação Museal – Iniciativas de educação teoricamente referenciadas desenvolvidas no âmbito de processos museais.

Autores indicados: Magaly Cabral, Maria de Lourdes Horta, Mario Chagas, Maria Célia Santos.

Educação não formal – Toda atividade sistemática e organizada, que acontece fora do quadro do formal da educação, para promover a aprendizagem, acontecendo em cursos não escolarizados, em programas de formação, no dia-a-dia, no cotidiano do cidadão.

Referência: FAVERO, Osmar. *Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos. Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 99, Aug. 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000200017&lng=en&nrm=iso.

MARANDINO, Martha (org.). Museu e escola: educação formal e não formal. Secretaria de Educação a Distância, Ministério da Educação. Coleção Salto para o Futuro. Ano XIX – Nº 3 – Maio/2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012191.pdf>.

Formação Integral – O conceito baseia-se na noção desenvolvida por Gramsci de uma formação omnilateral, com bases históricas, contraposta à formação cultural abstrata, desarticulada e enciclopédica, de modo que possam ser desenvolvidas de maneira plena e equilibrada as capacidades para a fruição, a criação intelectual e o trabalho prático. Articulam-se na formação integral o desenvolvimento das habilidades técnicas, científicas, artísticas e corporais, buscando a formação humana completa, que capacita o estudante a descobrir por si próprio com base no arcabouço metodológico adquirido durante os anos de formação.

Fonte: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Volume II.

Função dos Museus – Atuar como espaços de discussão, interação, pesquisa e conhecimento, levando em consideração a produção simbólica e a diversidade cultural, garantindo, ainda, a participação efetiva da sociedade nos processos museais.

Referência: Plano Nacional Setorial de Museus e Estatuto de Museus – Lei 11.904 de 2009.

Mediação - A ação do mediador é focada no diálogo e na troca com o público e no estímulo ao compartilhamento das diferentes percepções e pontos de vista. A mediação em museus é a prática educativa que privilegia a troca de saberes, a construção dos significados por meio das percepções subjetivas e da experimentação,

que levam à construção de conhecimento. Em contraposição à ideia de “visita guiada”, caracterizada por um roteiro bem delimitado e decorado em que se pressupõe um público “que não sabe”, a mediação parte do pressuposto de que o “público sabe também”, buscando estabelecer nexos, sustentar alguns conflitos e estimular que o público se aproprie e resignifique os museus e seus acervos. Em síntese, na prática de mediação “o visitante não é apenas depositário, mas produtor de conhecimento” (Gama, 2013: 37).

Fonte: GAMA, Rita. Algumas questões para a Educação em Museus. In: RANGEL, Aparecida et al. (orgs): Anais do I Seminário de Mediação do Projeto Museus de Ideias; Rio de Janeiro: Museu Castro Maya, 2013.

Metodologia – Grupo de critérios ou fundamentos utilizados para ensinar um determinado conhecimento. Métodos aos quais uma área de conhecimento se liga ou de que se utiliza, seguindo um processo para se atingir um determinado fim ou para se chegar ao conhecimento em si.

Autor indicado: José Carlos Libâneo.

Missão educativa - Para compreender a missão educativa do museu é preciso antes identificar qual é a missão do museu, já que as duas missões estão intrinsecamente interligadas. A missão educativa deverá compreender que a ação educacional é importante para o cumprimento da missão do museu, bem como para o desenvolvimento do processo museológico, considerando o acervo institucional e operacional como referenciais importantes para o desenvolvimento das ações educacionais. Também deverá levar em consideração os anseios dos atores sociais com os quais os projetos do museu estejam sendo desenvolvidos, para que o trabalho seja realizado de forma harmônica e coerente conceitualmente.

Referência: Carta de Petrópolis: Subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal.

Museus - São instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico,

técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Referência: International Council of Museums (ICOM).

Museu Integral - Se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou na ênfase no trabalho comunitário, mas na capacidade intrínseca que possui qualquer museu de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais.

Referência: SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. [online]. 2012, vol.7, n.1, pp. 15-30. ISSN 1981-8122.

Museu Virtual - “O museu virtual é um espaço virtual de mediação e de relação do patrimônio com os utilizadores. É um museu paralelo e complementar que privilegia a comunicação como forma de envolver e dar a conhecer determinado patrimônio. No nosso entendimento, só pode ser considerado museu virtual, aquele que tem suas ações museológicas, ou parte delas trabalhadas num espaço virtual”.

Referência: HENRIQUES, Rosali “Memória, museologia e virtualidade: um estudo sobre o Museu da Pessoa”, 2004.

Parceria – Reunião ou associação entre profissionais, museus, poder público, patrocinadores, grupos de interesse (museus, instituições culturais, educacionais, organizações da sociedade civil e outras) e público visitante para realizar ações de cooperação, visando alcançar objetivos e metas, trocar experiências e conhecimentos, de modo que, preservando a identidade de cada parceiro, objetivos comuns sejam atingidos e contrapartidas sejam oferecidas e compartilhadas, pois, sendo parcerias, as responsabilidades e os frutos das ações educativas são repartidos.

Referência: CABRAL, Magaly. *Parcerias em educação e museus*. Disponível em:

<https://docs.google.com/file/d/0B-Gq-aZTKqCbU9QVG5PT2FRTDg/edit>

Patrimônio integral - Conjunto que abrange as coleções de museus e seu entorno, incluindo as manifestações imateriais da cultura. Este conceito baseia-se numa visão holista de mundo.

Referência: ICOFOM LAM. Conclusiones y Recomendaciones. ENCUENTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (1). Buenos Aires [Argentina]. In: El pensamiento museológico latinoamericano – los documentos del ICOFOM LAM. Córdoba: ICOFOM LAM, 2006. p. 18.

Planejamento participativo - Planejamento participativo traduz a opção e concepção de uma prática de tomada de decisões cujo fundamento é o diálogo. Conforme Padilha (2006), ele surge como uma forma de resistência e como alternativa aos planejamentos autoritários, burocráticos, centralizados e descendentes. Está calcado na participação do conjunto dos agentes envolvidos na tarefa educativa, contemplando todas as etapas do processo desde a sua concepção, execução, avaliação e replanejamento.

Referência: PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento Dialógico - Como Construir o Projeto Político-pedagógico da Escola. São Paulo: Cortez, 2006.

Plano Museológico - O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Referência: Estatuto de Museus – Lei 11.904/2009.

Política – Estruturação de princípios gerais, diretrizes e estratégias de ação para uma determinada área da sociedade. Seu caráter é duradouro e orientador de ações e regulamentações.

Programa – Conjunto de projetos e ações, com metas definidas, que têm objetivos comuns, estabelece prioridades de atuação e hierarquiza projetos, definindo parcerias e localizando os recursos disponíveis de forma setorizada. Sua implantação contempla as especificidades de cada instituição, bem como o diálogo com seus públicos, e operacionaliza as políticas de cada área.

Referência: MARTINS, Luciana Conrado. *Por uma política nacional de educação em museus*. Disponível em: <http://pnem.museus.gov.br>

Programa Educativo Cultural - De acordo com o Estatuto dos Museus (Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009), os Planos Museológicos devem conter 10 programas temáticos, entre eles um Programa Educativo Cultural, que deve organizar projetos e ações com finalidade educacional, de entretenimento e difusão cultural, sendo exequível e apresentando cronograma de execução, explicitação da metodologia adotada, descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente, sendo avaliado e reelaborado de acordo com a vigência dos Planos Museológicos.

Referência: Estatuto de Museus – Lei 11.904/2009

Projeto Educativo – Ação ou conjunto de ações educativas com metodologia, conteúdo, objetivos, justificativas e duração determinados, realizadas por educadores/setores educativos de museus e demais instituições que realizam processos museais.

Projeto Político Pedagógico - É um instrumento dinâmico, construído de forma participativa, periodicamente avaliado e teoricamente embasado, que define os princípios, as estratégias e as ações concretas de um trabalho educativo, estabelecidos para curto, médio e longo prazos. Como um produto contempla as dimensões do diagnóstico, dos referenciais teóricos e metodológicos e as metas projetadas, firmando-se ainda como um instrumento processual de avaliação das ações educativas.

Público de museus – Conjunto de segmentos socioculturais formados por visitantes potenciais dos museus, praticantes efetivos de sua frequência, além dos indivíduos que manifestam interesses e familiaridade a respeito das instituições museais.

Autor indicado: Luciana Koptcke

Sustentabilidade – Preservação dos ciclos ecossistêmicos que promovem a dignidade da vida humana por meio da integração das variáveis econômica, ecológica, cultural, político-institucional, entre outras, sob premissas de igualdade, universalidade e participação popular.

Referência: LOUREIRO, Carlos Frederico. *Mundialização do capital, sustentabilidade democrática e políticas públicas: problematizando os caminhos da educação ambiental*. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/ambeduc/article/view/1134/444>.